

Via Jovem

**Fórum Jovem Século XXI:
Educação, Formação Profissional e
Empregabilidade**

Via Jovem

Fórum Jovem Século XXI: educação, formação profissional e empregabilidade

Apoio:
CNTI
CNI - SESI

Editores
Armand F. Pereira
Andréa Bolzon
Valéria Porto

Organização Internacional do Trabalho
Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, 2001
1ª edição 2001

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidas sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland. Os pedidos serão bem-vindos.

Organização Internacional do Trabalho

Via Jovem. Fórum Jovem Século XXI : educação, formação profissional e empregabilidade
/ editado por Armand Pereira, Andrea Bolzon e Valéria Porto. – 1. ed. – Brasília : OIT, 2001.
92 p.

ISBN92-2-812662-0

I. Pereira, Armand F. II. Bolzon, Andrea. III. Porto, Valéria. IV. Jovem. V. Formação
Profissional. VI. Emprego – Brasil. VII. Juventude - Brasil. VIII. Título.

14.02.1

As designações empregadas nas publicações da OIT, todas segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de matéria nelas incluídas não significam, da parte da Organização Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação jurídica de qualquer país ou território citado, ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da OIT às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Organização Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

As publicações da OIT podem ser obtidas no escritório para o Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, 70800-400 Brasília - DF – Brasil – Tel: (61) 426-0100, Fax: (61) 322-4352, ou no International Labour Office, CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: brasilia@oitbrasil.org.br e pubvente@ilo.org
Visite nossa página na internet: www.ilo.org/publns

Impresso no Brasil
Estação Gráfica Ltda (estagraf@uol.com.br)

Sumário

Apresentação	07
Introdução	09
Resumo das Palestras da Cerimônia de Abertura	
Armand F. Pereira (Diretor do Escritório da OIT no Brasil).....	13
Buscando Justiça Redistributiva: Implicações do Desemprego e da Pobreza Juvenis para as Políticas Econômicas e Sociais	
Guy Standing.....	17
Experiência Internacional de Empreendedorismo Juvenil	
Gino Salica.....	23
Indicadores e Tendências de Educação no Brasil	
Maria Helena Guimarães de Castro.....	25
Desafios da Educação no Século XXI	
Cláudio de Moura Castro.....	27
Ensino Médio e Profissionalizante	
Maria Beatriz Gomes da Silva.....	29
Papel da Multimídia na Educação - Canal Futura	
Andréa Falcão.....	31
Panorama Regional dos Sistemas de Formação Profissional dos Jovens	
Pedro Daniel Weinberg.....	33
Evolução do Sistema de Formação Profissional do Jovem na Indústria	
Nassim Walter Chieco.....	35
Papel dos Sindicatos na Formação Profissional dos Jovens: o caso da Escola do Sul	
Jorge Lorenzetti.....	37
Resultados do Cadastro Nacional de Iniciativas não formais de Educação Profissional de Jovem e Aliança pelo Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável	
Ana Bianchi dos Reis.....	39
Profissionalização de Jovens em Situação de Risco	
Cesare la Rocca.....	41
Programa Capacitação Solidária	
Elizabeth Braz.....	43
Programa “Largada 2000”	
Cláudia Ramalho.....	45
Desemprego Juvenil - Tendência e Desafios	
Mary Angels Fortuny.....	47
Experiências Regionais de Promoção de Emprego para o Jovem	
André Urani.....	51

Modelo Solidário de Atendimento ao Trabalhador Juvenil	
Tadeu Morais de Souza	53
Programa BNDES Solidário	
Pedro Gomes Duncan	55
Consultoria Jovem	
Luís Afonso Bermudez	57
Apoio ao Jovem Empreendedor	
Marcelo Lima Castro	59
Empregabilidade dos Jovens: a Experiência Chilena	
Macarena Garcia	61
Medidas Legislativas para a Promoção do Emprego Juvenil	
Pedro Celso	63
Aspectos Jurídicos da Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho	
Marisa Tiemann	65
Centro de Integração Empresa Escola	
Rui Fernando Ramos Leal	67
Instituto do Desenvolvimento do Trabalho	
Lúcia Helena de Lima Leite	69
Programas de Primeiro Emprego	
Eduardo Odloak	71
Experiências de Geração de Renda para os Jovens	
Márcio Resende	73
Serviço Civil Voluntário	
Ivair Augusto Alves dos Santos	77
Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Comunitário	
Maria Albanita Roberta de Lima	79
Ações da Contag na Área de Emprego e Formação de Jovens	
Paulo de Oliveira Polezzi	81
Projeto Núcleos Radcais	
Verônica Maia	83
Conclusões	85

Apresentação

No ano 2000, durante a “Assembléia do Milênio”, foi criada a **Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil (YEHLPN)** por iniciativa conjunta do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, do Presidente do Banco Mundial, Sr. James Wolfensohn, e do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Juan Somavia.

O objetivo desta **Rede de Alto Nível** é formular recomendações para políticas e programas de emprego e formação para jovens, à luz de experiências exitosas que possam ser replicadas através de parcerias entre agências internacionais e organizações nacionais governamentais e não governamentais.

No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já atua nessa área há alguns anos. Em dezembro de 1999, realizou o **Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade**, sediado pela Confederação dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), com o apoio especial do Serviço Social da Indústria (SESI), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e do Banco Mundial. O evento contou ainda com o apoio institucional da Comissão de Emprego da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, da Secretaria de Ação Social, Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério da Justiça e da Universidade de Brasília.

O objetivo desse Fórum foi ampliar o conhecimento sobre as tendências, desafios e oportunidades de educação, formação profissional e empregabilidade; proporcionar intercâmbio de ações e experiências de entidades direta ou indiretamente envolvidas com estes temas e promover cooperação técnica e maior integração entre os esforços governamentais iniciados no Brasil e as iniciativas de agências internacionais e de organizações, de empregadores e trabalhadores, associações comunitárias e outras organizações não-governamentais.

O programa do Fórum enfatizou iniciativas positivas da educação e capacitação, que visam contribuir para empregabilidade dos jovens, bem como iniciativas de geração de emprego, que junto com programas de amparo social, são essenciais para combater os problemas da violência, droga e prostituição juvenil. Em particular, espera-se despertar atenção para oportunidades de emprego em atividades não tradicionais, onde jovens tenham vantagens especiais e por isso não representem concorrência crítica no mercado de trabalho.

Para auxiliar a discussão do tema durante o evento e também para promover estudos e debates posteriores, foi lançado o livro OIT-Brasil: *Desemprego juvenil: Em busca de opções à luz da experiência internacional* (Brasília, Estação Gráfica para a OIT, 1999), reimpresso em 2001, em segunda edição, com introdução revisada.

A presente publicação é um resumo substantivo das palestras e exposições apresentadas durante esse evento. Esperamos que seja útil para todos os interessados na busca de soluções para os problemas de inserção econômica e integração social dos jovens brasileiros.

Introdução

No Brasil, as taxas de desemprego total e juvenil têm crescido desde 1989 até pelo menos 1999. O desemprego juvenil é crítico por ser muito alto e porque, nos últimos anos, cresceu mais que o desemprego geral. Na maioria dos países da União Européia e da América Latina, as taxas de desemprego aberto têm variado em torno de uns 8 a 12%. Entre os jovens de 15 a 24 anos têm sido pelo menos cerca do dobro das dos adultos.

No Brasil, a taxa de desemprego geral subiu de 3% em 1989 para mais de 8% em 1997 e para cerca de 10% em 1999 (11,6% entre a população economicamente ativa urbana). Para o total do grupo de 10 a 24 anos, a taxa triplicou de cerca de 5% em 1989 para mais de 14% em 1997; em 1999 passou para cerca de 20%, com variação significativa entre diversas faixas etárias, por exemplo, 17,2% para os de 20 a 24 anos e 27,8% para os de 15 a 19 anos¹.

Tendo-se em vista a gravidade dessa situação, é imprescindível perseguir o ideal de criar mais e melhores empregos para os jovens, de acordo com os princípios fundamentais defendidos pela OIT, e embutidos numa agenda internacional de promoção de *trabalho decente*.

No entanto, considerando-se as dificuldades inerentes à atual conjuntura econômica mundial e nacional, faz-se necessário, no curto prazo, identificar e oferecer aos jovens alternativas diversas de oportunidades de emprego, mesmo que algumas delas sejam de qualidade inferior ao ideal esperado em condições conjunturais mais favoráveis.

Conforme enfatizou o Vice Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Marco Maciel, na cerimônia de abertura do Fórum Jovem Século XXI: Educação, formação profissional e empregabilidade (resumido nesta publicação), o desemprego juvenil é um problema internacional de causas e soluções complexas. O Brasil vem envidando esforços para melhorar o quadro de integração dos jovens. Dentre as principais providências tomadas pelo Governo Federal, têm-se destacado medidas de estabilização da moeda, o que tem permitido melhorar o planejamento objetivo, atrair investimentos, e executar medidas pragmáticas de combate ao desemprego, apoiadas em programas de formação profissional, tais como o PLANFOR do Ministério do Trabalho e Emprego e outras iniciativas. Ao mesmo tempo, foi introduzida uma reforma na estrutura do sistema de educação através de uma separação entre o ensino médio e a educação profissional, que passou a integrar-se mais às necessidades do mercado de trabalho, com um acréscimo significativo de recursos.

O Fórum revelou também várias iniciativas de organizações da sociedade civil com efeitos positivos já visíveis e com potencial replicável. Destacaram-se alguns programas especiais de capacitação desenhados para atender a demandas específicas de alguns setores e experiências de empreendedorismo juvenil, desenvolvidas recentemente.

As discussões revelaram talvez uma excessiva esperança no papel do empreendedorismo juvenil. Esta linha de opções envolve alguma forma de auto-emprego, que enfrenta limitações de mercado, de capital e de capacidade técnica e gerencial. Por isso requer realismo e cuidados especiais. Não se pode esperar que um jovem que cessou de estudar e que busca um emprego – e que é tipicamente carente de capital e de capacitação – tenha condições para se transformar

¹ Para maiores detalhes, ver OIT-Brasil: *Desemprego juvenil: Em busca de opções à luz da experiência internacional* (Brasília, Estação Gráfica para a OIT, 2001, 2ª Edição).

num empreendedor, e muito menos num empreendedor bem sucedido em atividades lícitas e salubres que conduzam ao seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Da mesma forma, a *empregabilidade* dos jovens deve ser abordada como uma responsabilidade compartilhada do Estado, da sociedade, da família, e dos jovens. Não se pode transferir para o jovem a responsabilidade principal por sua inserção no mercado de trabalho. O jovem sozinho não tem como tornar-se mais empregável e deve ser oferecido uma gama de alternativas.

Essas alternativas começam por oportunidades de educação, reinserção na escola, se necessário, com subsídio de renda que seja socialmente rentável pelo fato de melhorar as perspectivas futuras de emprego desses jovens, de aliviar o desemprego geral, e de reduzir os riscos e custos sociais da marginalidade juvenil. No Brasil, algumas iniciativas nessa linha já foram iniciadas, por exemplo, pelos programas de bolsa-escola dos Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social, e pelo programa “bolsa-trabalho” da Prefeitura de São Paulo, com os quais a OIT vem colaborando.

Igual prioridade deve ser dada a programas que combinem educação e trabalho para jovens com idade legal de trabalho, como tem sido enfatizado, por exemplo, pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), por algumas agências regionais do CESC e do SESI, etc.

O crescimento recente do setor de informação e comunicação, bem como o grande potencial de crescimento do setor de hotelaria e turismo, oferecem uma vasta gama de oportunidades para empregos para jovens, especialmente os de escolaridade média. Porém para atender às necessidades de renda de jovens mais pobres e de baixa educação e qualificação, há necessidade de enfatizar programas especiais de emprego intensivo em mão de obra de baixa qualificação. Isto requer uma ênfase especial em obras e serviços sociais públicos ou privados, incluindo: serviços de conservação de vias públicas, matas e solos, embelezamento urbano, apoio a serviços básicos de saúde, apoio a creches, a lares de idosos, a centros de reabilitação, a serviços de segurança passiva, etc.

A ampliação e melhoria de centros de informação e de colocação de emprego é igualmente necessária para suplementar programas especiais de emprego, devendo ser integradas a programas de formação profissional com sistemas de avaliação contínua.

Toda essa gama de esforços deve dar atenção especial a grupos de jovens menos privilegiados, incluindo jovens mulheres e portadores de deficiência e, entre eles, afro-brasileiros que continuam tendo maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Os trabalhos preparatórios para o Fórum Jovem Século XXI, bem como as apresentações e debates durante o evento revelaram importantes iniciativas de diversas instituições, destacando-se entre elas:

- programa de educação de jovens do SESI/Fundação Ayrton Senna que suplementou outras atividades do SESI de educação de adultos;
- programa de “Capacitação Solidária” da Comunidade Solidária que prioriza jovens em situação de exclusão, bem como uma rede virtual sobre jovens;
- vários programas da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência, tais como a criação dos programas “Centro de Juventude” e o “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”, bem como o programa “Trabalho e Vida Independente” voltado para pessoas com deficiências e necessidades especiais;

- a experiência do Serviço Civil Voluntário no Rio de Janeiro e no Distrito Federal apoiada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que preparou “agentes da cidadania” com aulas de direitos humanos e cidadania, além de uma complementação do 1º grau;
- “Primeiro Foro da Juventude do Mercosul, da Bolívia e do Chile: Alternativas ao Desemprego do Jovem”, realizado pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), que analisou soluções práticas para os problemas dos jovens, dos pontos de vista dos próprios jovens, e que procurou selecionar planos empresariais inovadores;
- a elaboração pelo MEC/SEMTEC, com apoio da UNESCO, de estudos e projetos de estabelecimento de novo desenho conceitual para o ensino médio e a educação profissional;
- a Medida Provisória nº 1.726, de 03/11/98, da Presidência da República, que alterou a Lei do Estágio (nº 6494 de 04/12/72), estendendo a oportunidade de estágios para os jovens do nível médio;
- Centro de Solidariedade ao Trabalhador da Força Sindical que atende um grande público, sendo cerca de 40% jovens;
- a rede nacional de educação da CUT com sete escolas regionais voltados parcialmente para jovens;
- os programas de capacitação da CONTAG voltados em parte para jovens em parceria com o SENAR;
- cadastro da Fundação Odebrecht de programas informais de capacitação profissional que mapeou mais de 1200 experiências em 27 estados;
- os diversos programas de capacitação do SENAI, SENAC e SENAR que incluem um grande percentual de jovens no seu público alvo de cursos;
- projeto “Telecurso 2000” e o Canal Futura da Fundação Roberto Marinho que têm sido pioneiros na extensão da educação fundamental para jovens e adultos em áreas remotas, que não tiveram acesso à escola na idade adequada;
- alguns Planos Estaduais de Qualificação que, de forma tripartite, têm sido elaborados e coordenados pelas Secretarias de Trabalho Estaduais com a supervisão das Comissões Estaduais de Emprego;
- projeto “Mão Amiga - Meu Primeiro Emprego” da Secretaria do Trabalho e Ação Social de Pernambuco que foi idealizado como uma alternativa de geração de renda para os adolescentes e suas famílias;
- os programas para adolescentes da Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente do Governo de Goiás que busca integração no mercado de trabalho e a educação de jovens nas zonas rurais;
- programa de encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho da Secretaria de Cidadania, Justiça e Trabalho de Mato Grosso;
- os programas de estágios e “Ensinar a Aprender” da CIEE;
- os programas de estágios monitorados do CREA, da empresa de cosméticos Natura, da Tigre S.A. Tubos e Conexões, do Bradesco, e de muitas outras empresas;
- os diversos encontros de juventude e o programa “Projovem” da Fundação MUDES;
- programa “Jovens Empreendedores” do SEBRAE; o Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL) da Organização Ibero-americana para a Juventude (OIJ);
- “Jornal Radcal” da Fundação Athos Bulcão que, com o apoio do UNICEF, UNESCO, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o MTE e o SEBRAE, tem disseminado informações em linguagem decodificada para jovens sobre temas e problemas de seu interesse, incluindo, por exemplo, informações sobre novos empregos e as chamadas “profissões solidárias”;
- as iniciativas do “Projeto Axé” da Fundação Axé que buscam a valorização da identidade cultural e do trabalho baseado na criatividade e aprendizagem de ofícios além de conhecimentos de informática;

- “Projeto Aprendiz”, de Gilberto Dimenstein *et al.* na cidade de São Paulo, que busca integrar socialmente jovens em situação de risco através de educação e de desenvolvimento de capacidades artísticas com utilidade comunitária;
- programa piloto “Jovens de Base Comunitária” da Fundação Kellogg que incentiva coalizões de entidades voltadas para os jovens, etc.

Essas e muitas outras iniciativas isoladas são de grande importância, mas poderiam ter muito maior impacto, se pudessem ser continuadas e mais integradas. Um esforço governamental nesse sentido parece merecer atenção especial.

Espera-se que a contínua discussão das oportunidades de emprego/renda para jovens siga contribuindo para uma ampliação e integração maior de esforços que ajudem na construção de uma sociedade justa.

Armand F. Pereira

Diretor da OIT para o Brasil

Resumo das palestras da cerimônia de abertura²

Armand F. Pereira (Diretor do Escritório da OIT no Brasil)

Os problemas do desemprego e da pobreza dos jovens estão associados no mundo inteiro aos problemas da droga, da violência e da prostituição juvenil. O que era antes reconhecido como um problema de marginalidade minoritária isolada, é hoje encarado em muitos casos como um problema de “exclusão juvenil”, uma das formas mais problemáticas de “exclusão social”. São conceitos polêmicos, talvez exagerados, mas que nos preocupam cada vez mais e que requerem medidas objetivas e eficazes das instituições governamentais, das agências inter-governamentais, e das organizações não-governamentais de empregadores, de trabalhadores e da sociedade em geral.

No caso brasileiro, há indicadores positivos e negativos. Os positivos são que a população jovem está crescendo menos que nas décadas anteriores e que a escolaridade dos jovens tem aumentado mais que a da população geral. Esses indicadores combinados dão esperança para o futuro da juventude brasileira. Os indicadores de desemprego nos últimos anos são porém bastante negativos, como se revela no livro que lançamos neste evento.

Para tentar conter e reverter o quadro negativo de desemprego e pobreza juvenil, o Governo tem tomado iniciativas importantes, porém ainda limitadas em cobertura, na esperança de uma melhoria rápida da conjuntura econômica. Diversas organizações não governamentais e empresas têm entretanto também reagido de forma impressionante. Resta avaliar de que forma se integram, ou até que ponto poderiam se integrar melhor com as iniciativas governamentais. Por isso promovemos este encontro com um grupo seletivo de entidades interessadas no intercâmbio e na potencial integração de esforços.

No médio prazo, por muito polêmico que isso pareça, haverá necessidade de aumentar a empregabilidade dos jovens, ou seja, a aquisição de competências que o mercado de trabalho requer. A curto prazo, haverá provavelmente necessidade de mais investimento em programas especiais de emprego e, provavelmente, de uma intensificação de programas de assistência social, incluindo programas de renda mínima, de preferência vinculados a programas de educação e/ou de emprego.

Buscar empregos para jovens pode, contudo, gerar conflito de concorrência com a busca de empregos para os adultos, inclusive seus pais, mães e outros parentes. Por isso é necessário considerar opções de extensão de educação e de promoção de empregos para jovens de baixa

² Participaram da mesa de abertura Sua Excelência, o Sr. Marco Maciel, Vice-presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República; o Sr. Raul do Valle, Diretor Executivo do Programa de Expansão da Educação Profissional, representando o Excelentíssimo Sr. Paulo Renato de Souza, Ministro de Estado da Educação; o Sr. Embaixador Álvaro de Alencar, representando o Excelentíssimo Senhor Francisco Dornelles, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; a Sra. Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Corregedora do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Gobind Nankani, Representante do Banco Mundial no Brasil; o Sr. Walter Franco, Representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil; o Sr. Rui Lima do Nascimento, Diretor Superintendente do Serviço Social da Indústria; o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e substituto do Representante do Grupo dos Trabalhadores do Conselho de Administração da OIT, Senhor José Olívio Miranda, convidado a representar as quatro principais centrais sindicais, e o Sr. Armand F. Pereira, Diretor da OIT no Brasil.

concorrência, ou seja, em atividades onde os jovens tenham vantagens comparativas, especialmente em áreas onde as forças de mercado não tenham criado empregos, por falta de investimentos, de incentivos, de distorções de preços, etc. Temos que encontrar forma que, por falta de um termo melhor, eu chamaria de reengenharia social, que permita transformar a resolução de problemas sociais – de habitação, de saúde, de saneamento, de infra-estrutura, etc. – em oportunidades de crescimento e emprego/renda, onde os jovens possam suprir necessidades de mão de obra e/ou participar em micro-empresendimentos, inclusive cooperativas genuínas.

José Calixto Ramos

(Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI)

É uma oportunidade e uma honra para a CNTI sediar um evento de tão oportuno e de tão grande importância e de receber em nossa casa o Excelentíssimo Vice-presidente da República, um político sério que enfrenta os problemas nacionais como os seus próprios problemas.

Os problemas dos jovens são hoje centrais não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Impõem a todos nós - pais, mães, avós - uma preocupação muito grande e uma responsabilidade na busca de soluções. Foi por isso que a CNTI aceitou o pedido da OIT de sediar este evento.

Maria Aparecida Gugel

(Subprocuradora-Geral do Trabalho e Corregedora do Ministério Público do Trabalho)

Preocupa-nos que a inclusão dos jovens nas relações do trabalho seja da melhor qualidade, com preservação de direitos, sem precarização de direitos trabalhistas, de direitos previdenciários. Preocupa-nos ainda mais as peculiaridades dos jovens como seres humanos. Se nós educarmos e dermos conhecimentos técnicos, profissionais aos jovens, eles serão adultos bem formados e capazes de exercer profissões importantes na nossa sociedade.

Quero exprimir o compromisso do Ministério Público do Trabalho com este tema de tão grande relevância, e afirmar que temos orgulho de ser guardiões e zeladores da ordem jurídica nacional, de servir e amparar os interesses da sociedade brasileira.

Gobind Nankani

(Representante do Banco Mundial no Brasil)

O Banco Mundial tem grande compromisso com os programas dos Governos Federal e Estadual sobre a educação, que está acompanhando e financiando. Colabora com o Governo Federal também para expandir o programa da erradicação do trabalho infantil.

Achamos importantes as iniciativas do Governo Federal de desenvolver programas de renda mínima e esperamos apoiar a expansão desses programas. Acreditamos que este seminário desenvolva novas propostas que contribuam para maior sucesso de programas de emprego juvenil nos próximos anos. Parabenizo a OIT por este seminário tão tópico e pela publicação de um livro interessante.

Raul do Valle

(Diretor Executivo do PROEP, MEC, Representando o Ministro Paulo Renato de Souza)

O MEC introduziu uma reforma na estrutura da educação, de tal forma que hoje, a educação profissional está separada do ensino médio. Tem uma estrutura modularizada, está profundamente integrada com o mundo do trabalho, e as ofertas dos cursos profissionais estão dirigidos à realidade do mercado que estão pesquisadas e conhecidas.

O MEC criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que busca difundir a educação profissional a todos os quadrantes no Brasil. Em menos de 2 anos de funcionamento, teremos assinado até o dia 8 de dezembro de 1999, 115 projetos assinados com escolas federais, estaduais e escolas do segmento comunitário, i.e. feitas com sindicatos de trabalhadores, com sindicatos empresários, com organizações não-governamentais, com fundações municipais. Teremos investido até essa data aproximadamente 211 milhões de reais na expansão da educação profissional com previsão de expansão nos próximos anos.

Sua Excelência, Sr. Marco Maciel

(Vice Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República)

A questão do emprego no mundo está hoje associada a uma grande revolução científico-tecnológica e à abertura de novas opções para a humanidade. Essa questão assume uma característica maior em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde não se conseguem ainda oferecer plenas condições de emprego e, sobretudo, adequada remuneração.

Observa-se porém um esforço, liderado pelo Governo Federal, mas com a participação de governos estaduais e municipais, e de instituições governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras, em descobrir formas que possam aliviar o desemprego e promover novas alternativas de trabalho. No esforço de estabilização econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, uma das metas principais tem sido a geração de empregos. A inflação era um vírus que corroía a renda e a concentrava. A estabilidade econômica criou condições para estabelecer um clima de previsibilidade propício ao planejamento e ao investimento nacional e estrangeiro, que é fundamental para o crescimento e para conseguir gerar mais empregos, sobretudo em áreas mais estratégicas para atender ao problema dos jovens.

Gostaria ainda de lembrar que o Governo tem feito um grande esforço, através da mobilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para formação e recapacitação de mão-de-obra, com vistas a habilitar o trabalhador brasileiro, inclusive o jovem trabalhador, para que ele possa se inserir adequadamente no mercado de trabalho.

O Governo também se empenhou em reduzir o trabalho penoso e eliminá-lo, se possível. Há hoje no Brasil mais de 130 mil bolsas concedidas para tirar crianças e jovens adolescentes do trabalho penoso e trabalho degradante, em diferentes regiões do País, e há planos concretos para ampliar esses números nos próximos anos. Há também um grande esforço do Governo em elevar os recursos para a educação, ampliando o acesso às escolas. Estamos chegando a 96% das crianças em idade escolar, dentro da escola, através do programa "Toda Criança na Escola", mas estamos também elevando a oferta de vagas no 2º grau, como também no ensino de 3º e 4º graus, precisamente porque entendemos que a educação é a chave de toda transformação e mudança desejável para a sociedade brasileira.

Falar em educação é falar em cidadania, é falar, portanto em democracia. O voto é uma forma importante de participar, mas ainda não é o que assegura o pleno exercício da cidadania. O pleno exercício da cidadania significa ter acesso à chamada "cultura letrada". A educação é por excelência a maior das grandes questões brasileiras; é o que nos assegurará uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, de igualdade de oportunidades, justa, e participativa.

Estamos nos preparando para virarmos mais um século e, mais que um século, um milênio. Norberto Bobbio, no seu segundo livro: *Memória do nosso tempo* (que na edição portuguesa tem uma boa apresentação do Ministro Celso Lafer), afirma que o mundo já se dividia entre nações ricas e pobres, fortes e fracas, mas que agora vai se dividir entre as que sabem e as que não

sabem. Me parece que este é o horizonte que se oferece a todos nós no século XXI.

Devemos insistir mais na educação, encarando-a como uma responsabilidade não apenas do setor público mas também das instituições não-governamentais e a sociedade como um todo. As melhorias educacionais devem resultar de uma vontade coletiva. Se não prosperarmos por esse caminho, deixaremos de realizar uma vocação natural e cultural brasileira de protagonismo e liderança no século XXI, sobretudo no hemisfério a sul do Equador em que estamos situados. O Brasil, com suas peculiaridades e desafios, oferece características positivas que podem muito marcar e contribuir para a civilização que nós desejamos para o mundo como um todo. E, para isso, nos falta investir mais na educação.

Investimentos na educação estão também intimamente associados com oportunidades de emprego através de melhorias de competências. Os jovens têm que estar permanentemente se reciclando ao longo de sua vida, na medida em que tendem a conhecer diversos empregos em consequência das mudanças rápidas num mundo que se integra cada vez mais, ainda que de forma muito desigual, e para usar uma expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, muito “assimétrica”.

Me alegra o clima participativo deste plenário para intercâmbio de experiências para nos ajudar a encontrar as melhores soluções para o nosso País. Somos nós que devemos buscar soluções adequadas para os nossos problemas, inclusive os problemas decorrentes, não apenas da formulação de políticas educacionais, mas ligados também ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Cabe-nos descobrir e aprimorar técnicas que venham assegurar solução adequada para os problemas que são especificamente nossos. Quero cumprimentar o Dr. Armand Pereira e o Presidente José Calixto Ramos e a todos aqueles que contribuíram para a realização deste evento, e desejar pleno êxito no cumprimento de suas atividades.

Buscando Justiça Redistributiva: Implicações do Desemprego e da Pobreza Juvenis para as Políticas Econômicas e Sociais

Palestra magna, por GUY STANDING³.

Sua Excelência, o Sr. Vice Presidente da República, ao mencionar Norberto Bobbio, me fez lembrar que ele também escreveu que “cidadania real requer que cidadãos comuns tenham meios para impôr ordem ao caos”. Outra citação relacionada com a minha palestra é do historiador britânico, Richard Tawney, ao afirmar que “as certezas de uma era são os problemas da próxima”.

Ainda a título de introdução, gostaria de dizer para os jovens que estão e que não estão aqui presentes que eles deveriam estar zangados com o mito criado pela geração anterior, com a afluência conspícua, com a pobreza, com a desigualdade e com a crescente insegurança. Mas deveriam também estar otimistas, porque em várias partes do mundo está emergindo uma agenda de justiça redistributiva que começa a se manifestar através de novas correntes de pensamento e de ações isoladas de política. Caberá aos jovens de hoje, e não a nós, pegar elementos dessa agenda, moldá-los, e colocá-los em posições concretas e em estratégias mais amplas que busquem justiça redistributiva, que é o tema central da minha palestra baseada num livro recente⁴.

Isso requer que os jovens se comprometam com política, com mudança e com justiça social. Nesse contexto, vale lembrar que foram os jovens, saídos dos colégios e das faculdades no início do século XX, que começaram a falar de *libertação do trabalho*, no sentido de trabalho árduo e penoso. Foram eles também que na mesma época empurraram a discussão sobre *melhores condições de trabalho*. Nos anos 50, a ênfase passou para o *direito ao trabalho*, que se refletiu na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo 23), e o conceito de *pleno emprego*, que só existiu em tempo de guerra, ainda com poucas mulheres na força de trabalho. Ironicamente, na última década do século, a ênfase em todo o mundo, tem sido no conceito do *dever de trabalhar* como forma de retribuição a certos benefícios recebidos da sociedade. A ironia dessa mudança de terminologia merece ser bem lembrada.

Uma outra forma de analisar o século XX é recordar Carl Poliane, na obra *The Great Transformation*, de 1944, que evoca a relação entre mudanças e novas políticas sociais. Há períodos na História que podem ser chamados de eras de estabilidade, quando a economia está incrustada na sociedade. Quando essa situação põe em risco a sustentabilidade do sistema, são introduzidas novas formas de distribuição, de proteção social e de regulação. Uma das grandes transformações registradas por Poliane foi o capitalismo de estado do bem-estar social, assentado nas sete formas de segurança de trabalho: 1) segurança de mercado de trabalho; 2) segurança de emprego; 3) segurança de posto de trabalho (ocupação, função); 4) segurança de trabalho, incluindo segurança e saúde ocupacional e outras condições de trabalho; 5) segurança de reprodução de competências; 6) segurança de renda; e 7) segurança de representação.

Essas formas de segurança fizeram parte do pensamento de uma época que se refletem simbolicamente numa máxima da Declaração de Filadélfia da OIT em 1944 que “trabalho não é mercadoria”. É um termo sempre ambíguo, mas que captura a essência da tentativa de promover

³ Diretor do Programa de Segurança Sócio-econômica da OIT-Genebra e Presidente da Rede Européia de Renda Mínima (BIEN).

⁴ G. Standing: *Global labour flexibility: Seeking distributive justice* (London, MacMillan Press, and New York, St. Martin's Press), 1999.

várias formas de segurança. Isso tudo tem de ser visto no contexto da época. Políticas macroeconômicas asseguravam o pleno emprego, enquanto políticas microeconômicas controlavam os reflexos inflacionários, com o Estado atuando como empregador. Esse modelo levava à estabilidade e segurança do mercado de trabalho e do emprego e a uma razoável distribuição de renda. Mas, para isso, alguns pressupostos eram necessários, entre os quais: 1) estrutura de produção estável; 2) absoluta predominância do emprego assalariado em regime de tempo integral; 3) modelo de economia fechada, com o comércio entre os países se efetuando num nível similar de direitos trabalhistas; e 4) existência de uma divisão internacional do trabalho relativamente estática, com substituição de importações, e com o famoso modelo de Arthur Lewis que inclui uma transferência gradual do setor informal para o formal.

Assim, podia-se esperar que o crescimento econômico gerasse distribuição de renda, com esquemas de emprego de tempo integral para os homens, com salário-família, sistema progressivo de imposto de renda, subsídios ao consumidor e proteção social universal provida pelo Estado com base no trabalho, nos sindicatos e no empregador. A renda social familiar provinha do salário. Era uma época de montagem de segurança, de estabilidade, no mercado de trabalho. O Prêmio Nobel da Paz conferido à OIT em 1969 simboliza este período auge da promoção da estabilidade do trabalho.

Na década de setenta, vários fatores começaram a erodir esse modelo, tais como a inflação e o aumento da pobreza e do desemprego em todo o mundo. Agora os trabalhadores, e não os empregadores, faziam concessões. Iniciava-se uma revolução econômica. Era a inversão do keynesianismo. A partir de meados dos anos setenta, propõe-se que é a política macroeconômica que deve controlar a inflação, enquanto que a política microeconômica deve reduzir ou minimizar a taxa de desemprego. Entretanto, durante esse processo a responsabilidade pelo desemprego e pelo desempenho pelo mercado de trabalho foi transferida para os patrões e trabalhadores. Embora os políticos continuassem defendendo o pleno emprego, na prática esse objetivo perdera relevância.

O *Consenso de Washington* que emergiu dessas mudanças de enfoque gerou uma série de reformas importantes para o futuro da política social do trabalho, para mudanças nos gastos públicos em educação e saúde. Esperava-se que a privatização da economia devia ser acompanhada da privatização da política social. Criou-se a noção de “rede de segurança social”. Na verdade, esse tipo de rede tem buracos grandes demais, por onde caem muitas carências sociais não atendidas. Esse conceito não passa de mais um eufemismo para se poder introduzir e justificar direcionalidade, seletividade, condicionalidade e comportamentalismo (*behaviorism*).

A busca da competitividade passou a ser a política chave. Os diversos tipos de segurança referidos acima passaram a ser abordados como custos de trabalho extra-salário, que se buscariam reduzir. Houve aqui uma mudança de pensamento fundamental. Fala-se muito de desregulamentação do mercado de trabalho, mas isso não existe. O que existem são mudanças no tipo de regulação. Houve sim uma mudança de uma regulação pró-coletiva para outra pró-individualista, que encoraja a ação e iniciativa individual. Houve também uma mudança para o uso de política fiscal e de política comportamental que dão às pessoas a primeira linha de escolha sobre o que elas fazem ou deixam de fazer. Nos anos oitenta reapareceu também o conceito de “políticas *ativas* de mercado de trabalho” que insinuava o oposto de políticas *passivas*... que automaticamente seriam apercebidas como negativas, ruins, etc. Trata-se de outro eufemismo. Na verdade, o que isso quer dizer é que “políticas *ativas*...” crescentemente direcionam pessoas a fazerem suas próprias escolhas ao mesmo tempo que impõem condições a certos benefícios.

O resultado dessas mudanças de regulamentação é uma tremenda flexibilidade do trabalho em todo o mundo, que implica perdas relativas em cada um dos sete tipos de segurança

supracitados. Há desemprego global, não só cada vez mais atribuído ao comportamento individual, mas com mais e mais organizações atribuindo causas do desemprego ao comportamento do desempregado ou aos generosos seguros-desemprego, etc. A insegurança de emprego tem crescido, revertendo a tendência esperada de longo prazo. Cresceu também a insegurança de posto de trabalho (como ocupação, função específica) e isto é especialmente crítico para os jovens que buscam um primeiro emprego. Uma das principais causas desta insegurança de posto de trabalho é o aumento de esquemas diversos de terceirização, de informalidade e de trabalho flexível.

Nas fábricas, a flexibilidade funcional significa maior dependência das pessoas em aprender novas habilidades mais freqüentemente para se manterem empregadas. O trabalho é dividido em compartimentos de formação de diferentes habilidades. Há uma movimentação maior e mais diversa de uma função para outra, o que freqüentemente inibe o desenvolvimento e a sensação de carreira profissional. Essa flexibilidade funcional favorece os mais hábeis e mais capacitados e marginaliza as pessoas de baixa qualificação.

Junto com essas tendências cresce a insegurança de trabalho, que significa erosão das condições de trabalho, devido à informalização, à flexibilização, à facilidade de demissão, etc. Surge com isso um aumento de estresse e ainda o estranho fenômeno do *presenteismo* que é o oposto do *absenteismo*. No *presenteismo*, a pessoa agarra-se ao emprego, mesmo quando necessitaria de folga para tratar de uma pequena doença ou de um problema familiar. O resultado disso é que quando essa pessoa realmente para, para por uma crise bem maior com resultados mais drásticos para si própria e, por vezes, até para o entorno de trabalho.

A insegurança de representação cresceu com a queda das taxas de filiação sindical associadas à perda de empregos formais. A insegurança de renda cresceu também com a informalização, com o aumento da pobreza, com a erosão de redes comunitárias. Observa-se ainda uma desigualdade entre renda individual e renda funcional, que é parcialmente decorrente de cortes de impostos sobre o capital e aumento de impostos sobre o trabalho, aumento de subsídios para o capital e redução de subsídios para o trabalho. Isto não é um fenômeno em um ou dois países, mas sim uma tendência geral da globalização. Eu suspeito que esta questão se tornará importante na agenda da Organização Mundial do Comércio.

A privatização da previdência social vem ocorrendo em vários países acompanhada de sistemas múltiplos de pensões, de assistência médica, de educação, com crescente dificuldade de acesso dos pobres aos serviços de assistência social. Isto gera fragmentação social entre os grupos com empregos formais, afluência e escolha, e os grupos de trabalhadores flexíveis, informais e de desempregados. Ironicamente, a pobre “classe operária” (no estilo de expressão antigo), que era a base do modelo para o estado de bem-estar, tem-se encolhido cada vez mais no século XX. As tendências de fragmentação significam uma erosão do princípio da solidariedade social.

Gostaria agora de abordar a questão de preços, que se convergem nesta análise. O primeiro é o preço fiscal do bem-estar social. Há uma queda de contribuições, um aumento das necessidades e um redirecionamento para a seletividade e, com isso, uma noção de “*dumping social*”, ou seja uma redução de programas sociais para fazer as exportações mais competitivas e reduzir as importações (via queda de poder de compra, etc.). De novo, suspeito que esta questão será vista de outra forma dentro de pouco tempo. Por enquanto, muitos países em desenvolvimento estão se opondo a qualquer tentativa de associar trabalho com preços internacionais, mas isso tenderá a mudar.

O segundo tipo de preços, é o preço da legitimação. Os desprotegidos que se sentem fora

do sistema de regulamentação e de proteção social não têm evidentemente sentido de solidariedade. Se lhes falarmos de solidariedade, estamos no mínimo sujeitos a levar um tapa. As tendências da fragmentação, decorrentes das redes (esburacadas) de segurança social, nos deram já uma primeira onda de desigualdades e inseguranças, que são o preço da legitimação das políticas que buscam subordinar tudo à concorrência e à busca da competitividade.

Diversos governos estão recorrendo às famosas redes de segurança social e à regulamentação como forma de condicionar comportamentos, com mais e mais testes de comportamento. Cada vez que o fazem, fazem juízos arbitrários, como por exemplo, quando estabelecem ou reduzem períodos de benefícios de seguro-desemprego para 12 meses ou seis meses, etc. Qual é o racional disso? É uma regra simplista, *ad hoc*, que será justa para os que conseguirão um novo emprego e injusta para os que não conseguirão um emprego.

Precisamos de falar então sobre as opções para o novo milênio. É aí que a juventude precisa ser otimista. Há uma crise real, e seria inútil negar que ela existe. Mas uma crise é também uma oportunidade. A oportunidade atual é pensar sobre uma grande transformação, de maior redistribuição e proteção que poderá revitalizar a economia.

Há três opções. A primeira é voltar à era do estado do bem-estar social dos anos 60 e 70. Mas isso não é possível, e mesmo que o fosse, seria um começo errado. Creio que o século XXI será o século da promoção do trabalho, da legitimação de toda espécie de trabalho, de serviços de apoio a idosos, de trabalho voluntário, trabalho comunitário, e de outros tipos de trabalho que não são reconhecidos ou registrados nas estatísticas, mas que são trabalho, que devem ser compensados, com interesses organizacionalmente representados. Essa diversidade não se encaixa com o modelo de estado de bem-estar social.

A segunda opção é a chamada terceira via. Espero não ofender ninguém com o que penso a respeito dessa opção. Como indivíduo, e não como oficial da OIT, penso que a terceira via é hoje, para muitos governos, uma forma popular de redefinir cidadania ou uma tentativa de restaurar o trabalhismo. Os principais aspectos da terceira via são a flexibilidade promocional e a promoção da empregabilidade, que acaba sendo um outro eufemismo que, significa mudar as pessoas para torná-las empregáveis, em vez de mudar a estrutura do mercado para empregá-las. Uma outra parte da agenda da terceira via prevê impostos baixos para o capital e para rendas altas, subsídios para os capitais, e subsídios marginais para empregar pessoas com baixos salários. Trata-se de um novo paternalismo, onde os poderosos concedem aos cidadãos comuns certos direitos condicionados a determinadas responsabilidades. É um retrocesso ao século XIX, quando haviam três espécies de pobres: o merecedor, que ganhava o emprego; o não merecedor, a quem se impunha um trabalho ou condições de trabalho, e o transgressor, que por quebrar normas ou por ter um comportamento moral ou socialmente inadequado, era mantido e zelado pelo Estado de uma ou de outra forma.

A terceira opção estará na resposta à pergunta que os jovens devem se fazer: “Que espécie de igualização queremos numa boa sociedade?”. Antes pensava-se que a questão estava na igualdade de renda; mas acredito que uma igualdade de segurança básica é fundamental para qualquer futuro baseado na justiça social. Essa segurança básica deve ser combinada com boas oportunidades de ocupação, não necessariamente de um trabalho, qualquer trabalho, mas no sentido de permitir desenvolver competências e capacidades de uma forma múltipla, de desenvolver um sentido de carreira, independentemente do nível de qualificação.

Essa situação requer segurança econômica. Temos de caminhar no sentido de uma segurança de renda básica, porque sem um mínimo de renda garantido como direito humano, não

se tem liberdade real para fazer escolhas. Essa renda, para ser eficaz, deve ser combinada com dois outros elementos. O primeiro é a segurança de uma forte representação, sem a qual as pessoas mais vulneráveis serão sempre ignorados e toda segurança acabará deteriorando-se. O outro é a sombra do futuro em qualquer situação de negociação que nos impõe a seguinte reflexão: “Eu estarei aqui amanhã, amanhã e amanhã, e por conseguinte, não tirem vantagem de mim”. É a voz coletiva que fala mais alto do que os tradicionais sindicatos trabalhistas, porque deve incorporar a voz da rua, as vozes dos que não estão na via central.

Devemos pensar em direitos econômicos. Para T.H.Marshall o século XXI será o século do crescimento de direitos econômicos, quer dizer, da democracia econômica. Os jovens devem estar envolvidos nesse processo.

São vitais o reconhecimento e a legitimação de todas as formas de trabalho, nas estatísticas, na política social, nos princípios de proteção social e no desenvolvimento das instituições. Na medida em que fizermos isso, ficará cada vez mais evidente que é absurdo condicionar benefícios a certos tipos de atividade. A pauta da redistribuição tornar-se-á cada vez mais importante entre os temas de discussão em nível mundial.

Experiência Internacional de Empreendedorismo Juvenil,

por GINO SALICA.

A *Imprenditorialità Giovanile (IG)*, é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Governo italiano em 1986, com a missão pública de criar pequenas e microempresas e promover o auto-emprego de jovens em áreas carentes do sul da Itália.

A IG administra, em nome do Governo italiano, duas leis nacionais com o propósito de promover novas empresas envolvendo populações jovens. Ela participa com até 70% dos investimentos, incluindo equipamentos e maquinarias necessárias para a abertura da empresa.

O objetivo é financiar *idéias* para a criação de empresas novas e exclusivamente de pequeno porte. O processo de concepção da empresa consiste, primeiramente, na auto-promoção da IG junto às áreas carentes, com o intuito de informar a população sobre seus objetivos e modalidades de serviços. Vencida esta fase, caberá aos interessados conceber um “Plano de Criação de Pequena Empresa”, com a devida assistência técnica da IG, através de seus “tutores”, que os auxiliará com as metodologias e instrumentos a serem utilizados na elaboração do plano. Uma vez aprovado, a IG prestará auxílio à nova empresa durante sua etapa de instalação, através de ações de controle e acompanhamento físico e financeiro. A assistência da IG deverá permanecer durante os dois primeiros anos de existência da empresa.

Com o intuito de acompanhar o processo de criação e instalação da empresa em sua totalidade, a IG adotou um modelo de operação triangular, onde a IG coloca-se numa ponta e, nas outras, as novas empresas e os “tutores” respectivamente. O “tutor”, geralmente uma empresa estabelecida na área de atuação da nova empresa, é designado pela IG com o objetivo de prestar informações, promover atividades de treinamento, prestar assistência técnica e consultorias à nova empresa. Os números refletem as vantagens do sistema adotado, considerando que a IG já apoiou a criação de 900 novas empresas e que, dentre elas, cerca de 80% sobreviveram no mercado.

No que se refere à promoção do auto-emprego, o investimento é feito unicamente nos jovens desempregados. A filosofia de trabalho é semelhante à da criação de empresas, com a diferença de que, ao apresentar um “Plano de Criação de Pequena Empresa”, o jovem desempregado será avaliado através de um programa de treinamento de oito semanas de duração, durante o qual o proponente deverá apresentar idéias inovadoras na área empresarial, bem como demonstrar capacidade de executar essas idéias e o plano por ele proposto. Os resultados desta modalidade têm sido bastante animadores, uma vez que, em 18 meses de lançamento do programa, já foi possível colocar 5 mil e 600 novos auto-empregados no mercado de trabalho.

A avaliação destes programas não envolve a exigência de garantias. De alguma maneira, a IG é o “lado adulto” do sistema bancário que, ao invés de atuar como uma instituição financeira clássica, tentando, a qualquer custo, dirimir as possibilidades de risco de investimento, financia idéias de negócios e planos de criação.

A política de formação e qualificação adotada pela IG é de caráter estrutural, uma vez que, longe de atuar somente para sanar crises econômicas e sociais momentâneas no país, visa impor mudanças na estrutura de formação e capacitação de seus jovens, numa Europa onde as grandes empresas não mais criam novos empregos.

Sabemos que há expectativas de um crescimento eventual no mercado capitalista, mas o processo promete ser demorado. Não podemos esperar. Estamos, na realidade, preenchendo

uma lacuna existente no mercado, onde o ator mais indicado a assumir o processo seria o sistema bancário.

Indicadores e Tendências de Educação no Brasil,

por MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO⁵.

O declínio do analfabetismo foi bastante lento entre 1960 e 1990, apesar da ênfase da ação do Estado, entretanto acelerou-se nos anos 90 quando, sem políticas específicas, foi reduzido à metade. Este fenômeno tornou transparente o relacionamento direto entre a redução nas taxas do analfabetismo com a expansão do sistema de educação fundamental e ensino, com a melhoria do fluxo escolar e com a tendência de queda na distorção idade-série.

Os indicadores mostram que essa redução está ocorrendo nas faixas etárias mais jovens, diminuindo de intensidade entre os 20 e os 24 anos. Registra-se, porém, grande desigualdade regional, tanto do ponto de vista rítmico como com relação à magnitude do problema.

Há maior redução do analfabetismo entre as mulheres, reflexo do fenômeno de feminilização da escolaridade no Brasil: no ensino fundamental, a proporção entre homens e mulheres é praticamente a mesma. À medida que prossegue o ensino, as diferenças vão aumentando a favor das mulheres. O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) espelha esse fenômeno: em 1999, 68% dos jovens examinados eram mulheres. No ensino superior, as mulheres já ocupam, em média, 62% das vagas. Os meninos estão deixando a escola por razões econômicas, que os impedem de dar prosseguimento aos estudos.

Com relação ao sistema de ensino, houve avanço em todas as faixas etárias, apesar da distorção na distribuição por níveis adequados de ensino. Só 32% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos cursam o nível médio, mas 82% na mesma faixa estão cobertos por algum tipo de educação. Dos 7 aos 14 anos, a cobertura já é de 96%, enquanto na faixa de 4 a 6 anos é de apenas 45%. No ensino superior, o Brasil tem a taxa mais baixa da América Latina: apenas 7% dos jovens entre 20 e 24 anos. Até a taxa bruta, de 14%, é ainda inferior à da Bolívia, Uruguai e Paraguai.

Em proporção ao crescimento demográfico, o aumento de matrícula nas primeiras séries está diminuindo, caminhando para a estabilização, enquanto o crescimento do ensino médio foi de 60% nestes últimos cinco anos. O ensino superior, estagnado desde a década de 80 até o início dos anos 90, começa a crescer com o aumento de concludentes no ensino médio.

Nos estados do Sul e Sudeste já se verifica uma estabilização nas primeiras quatro séries do ensino primário, graças a políticas de combate à repetência, o que permite a diminuição da relação professor/aluno e a extensão do turno escolar.

O ensino médio está em fase de expansão, embora o número de matrículas seja inferior ao do ensino fundamental. A estabilização do ensino médio tende a se iniciar por volta do ano 2005, quando terá passado a “*onda jovem*”.

No que se refere aos resultados dos programas Sistema Nacional de Avaliações da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ensino básico, o SAEB revela que o problema não está no índice de aprendizagem, mas no descompasso entre os currículos oficiais propostos e os efetivamente executados. As avaliações mostraram-se insatisfatórias, uma vez que são realizadas com base nas propostas curriculares e não no conteúdo

⁵ Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, do Ministério da Educação.

efetivamente ministrado; conforme indicação dos professores, não há condições de cumprir mais que 60% dos currículos propostos.

Há grande heterogeneidade nos sistemas de ensino estaduais, municipais e privados. Em meio a essa heterogeneidade, há escolas que funcionam de maneira bastante precária; são fatores determinantes o clima da escola, seu projeto pedagógico, a liderança do diretor, etc.

Deve-se ainda associar o nível de escolaridade do professor e o desempenho do aluno. O SAEB mostra que é mais importante o professor ter nível superior completo do que ter habilitação para o magistério.

Quanto ao ENEM, na escala de proficiência, nenhuma unidade da Federação alcançou o grau 400, nível ideal, segundo especialistas, para alunos com 11 anos de escolaridade. No ano passado, foram avaliadas cinco competências: 1) domínio de diferentes linguagens, 2) compreensão de fenômenos, 3) capacidade de enfrentar situações-problemas, 4) construção de argumentações consistentes e 5) elaboração de propostas de intervenção.

O domínio de diferentes linguagens alcançou a maior nota (8,7), seguida da de construção de argumentações consistentes. A menos classificada foi a competência para enfrentar situações-problema.

Os testes do ENEM vêm sendo aprimorados e são feitos com satisfação pelos alunos avaliados, que os consideram estimulantes, por se tratar de instrumentos de avaliação acadêmica inovadores, desvinculados dos sistemas clássicos de avaliação propostos pelas instituições de ensino.

Desafios da Educação no Século XXI,

por CLÁUDIO DE MOURA CASTRO⁶.

Podemos projetar dois tipos de cenário no contexto mundial: um que reflete as tendências existentes no presente, que acreditamos deverão ser continuadas, e outro que considera tendências embrionárias, detectadas a partir de discussões, mas que apontam para um redirecionamento, onde ações serão realizadas de forma diferente da praticada atualmente.

Quanto às tendências do presente, destaco a universalização do ensino básico, o aumento da qualidade de ensino, novas formas de aprendizado, a equidade na educação e o aumento da importância da pré-escola. Sobre as mudanças embrionárias, vale ressaltar o aumento do uso da tecnologia educacional, a educação permanente, a educação com fins lucrativos, a internacionalização e o retorno do papel da escola como instrumento de desenvolvimento civil.

No primeiro cenário, a tendência da universalização do ensino básico é trajetória inevitável. A tendência é aumentar o número de anos de escolaridade e a qualidade ao longo do processo. O processo produtivo torna-se cada vez mais complicado, e a sociedade mais difícil de ser compreendida. Por isso, o país caminha para a universalização do ensino básico. O explosivo crescimento do ensino médio decorre da compreensão do povo de que se trata do nível mínimo para um emprego razoável.

O mercado de trabalho não quer diploma, mas conhecimento. A grande cruzada é por qualidade. Não se pede à escola que ensine mais, mas que ensine melhor, que ensine a operar no mercado, a fazer uso do que foi ensinado, a pensar, a resolver problemas, a aumentar a capacidade de analisar, etc.

No passado, o rico poderia ter interesse na ignorância do pobre. Hoje, é o maior interessado na instrução do pobre, porque sabe que é a única maneira de continuar rico. As regiões mais ricas do mundo são aquelas que, há muito, entenderam o sentido dessa nova revolução da equidade social.

Nesse ponto insere-se a importância fundamental da pré-escola para o sucesso no ensino fundamental. Essa modalidade de formação infantil, hoje quase exclusiva da classe média, deverá ser estendida aos pobres para que também seus filhos usufruam das mesmas condições de preparação para o ensino fundamental. Pesquisa que vem sendo feita nos Estados Unidos, há quase 30 anos, revela claras vantagens para quem frequentou a pré-escola.

No ensino superior há dois aspectos a serem considerados: as ocupações se tornam cada vez mais complexas e o número de egressos do ensino médio é cada vez maior. Isso leva necessariamente à democratização do ensino superior, historicamente reservada ao clero, à nobreza, à burguesia e aos funcionários.

A mudança de perfil do aluno acaba mudando o perfil do ensino superior, que terá de se adaptar a diferentes potenciais e interesses. Daí a necessidade de passar de uma formação elitizada para formações orientadas para o mercado de trabalho. Nos Estados Unidos e na Europa, mais da metade dos atuais graduados formou-se em cursos de curta duração, de um ou dois anos.

⁶ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Com a mudança do perfil do aluno e do ensino, muda também o perfil do Estado, cuja função é definir uma política social e econômica e fazê-la materializar-se. Não importa como e quem o fará. O importante é conferir um estilo privado à operação do que é público e dar funções públicas ao que é privado.

Outro aspecto polêmico e ainda obscuro é a tecnologia educacional. Existem *tecnófilos* e *tecnófobos*. Os primeiros são empresas e escolas técnicas de engenharia, para os quais basta comprar máquinas e aprender a usá-las. Já os *tecnófobos* até aceitam as máquinas e os computadores, mas não os utilizam na educação.

Poucos atinam para o potencial do computador na democratização do ensino. O que antes só se fazia com muitos professores, hoje se faz apenas com a aquisição de um vídeo. O sistema de telecursos, utilizado com sucesso no Brasil e no México, alcança milhões de pessoas. Brevemente, o vídeo estará conjugado com o computador, o que representará mais uma conquista e maior utilização do potencial do computador no ensino.

A educação permanente é uma recente tendência de romper a seqüência tradicional de estudar, trabalhar e aposentar-se. Já não haveria ciclos dessa espécie, mas continuidade linear: estudo, trabalho, aposentadoria, estudo, trabalho, aposentadoria, etc.

A educação com fins lucrativos é outra novidade. Antes, nos Estados Unidos, havia escolas públicas e privadas, todas sem fins lucrativos. Agora surgiram as primeiras universidades de empresa, chamadas *Corporate Universities*, com fins lucrativos. No Brasil, devido à incompetência do setor público, há muito já existem instituições de ensino com fins lucrativos em todos os níveis.

Outra novidade na educação é sua internacionalização, em consequência da globalização. Hoje, já não basta ser bilingüe. Há também a internacionalização dos padrões de desempenho, como o *International Baccalaureate*. Tende-se para a uniformização de padrões de aprendizagem.

O investimento na educação é outra tendência. No Brasil é grande o número de investidores estrangeiros em educação. Grandes transferências de capitais se processam entre os países para investimento nas áreas de educação.

O papel da escola, de formação, civismo, cidadania e contrato social é retomado. A educação volta a ser considerada como estratégia de geração de um novo pacto social.

O Brasil começa a descobrir o papel da escola para o desenvolvimento da cidadania, não simplesmente através de cursos de civismo, mas mediante a compreensão de que a escola deve ser integral, comprometida com o ensino de qualidade e ao mesmo tempo envolvida com a sociedade e o esforço global de desenvolvimento do cidadão.

Ensino Médio e Profissionalizante,

por MARIA BEATRIZ GOMES DA SILVA⁷.

A primeira tentativa de sistematizar o ensino profissionalizante, no contexto do ensino geral, foi feita com a Lei 2.024, mas sem resultados positivos. De 1971 até 1996, o ensino profissionalizante ficou relegado a um segundo plano, enquanto o ensino médio transformou-se num curso preparatório para o vestibular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação veio com nova proposta: o ensino médio voltado para a formação geral, sólida e de qualidade, com o objetivo de consolidar os ensinamentos adquiridos no ensino fundamental e dar base para estudos posteriores, não necessariamente na universidade.

Propõe ainda um subsistema de educação profissional, complementar ao ensino médio. Nisso está a diferença com relação às leis anteriores, já que só o ensino médio não habilita ninguém a se inserir no mundo do trabalho.

A formação profissional trabalha visando o mercado de trabalho, sem prescindir dos conhecimentos das disciplinas do ensino médio. As competências ensinadas são específicas para determinados setores do mercado. Empresários e educadores concordam em que as profissões se aperfeiçoam no desenvolvimento do trabalho profissional. Deve buscar-se qualidade nesses cursos profissionalizantes, já que no ensino médio a massificação é inevitável. O ensino profissionalizante deve dar ao aluno condições de executar seu projeto pessoal.

Ensino médio, formação geral e educação profissional, embora se distingam para fins escolares, estão intimamente conectados, pois o trabalhador deve ter acesso a esses três aspectos da formação. O perfil do trabalhador moderno e do trabalho mudou. O trabalhador individual, dedicado a tarefas padronizadas e repetitivas, vem sendo substituído pelo trabalhador inserido num conjunto de atividades comuns. A estrutura do trabalho, antes vertical e hierarquizada, transforma-se agora numa estrutura horizontal. O profissional de ontem era o empregado fiel, com longa experiência em seu trabalho, disciplinado e preocupado com a manutenção de seu emprego. O profissional de hoje é o empregado comprometido, de experiência comprovada, capaz de assumir postos de liderança, criativo, ambicioso, com potencial de empregabilidade.

A educação profissional hoje exige mais do que conferir diplomas de qualquer especialidade; o que se exige dela é educação básica completa, domínio de novas tecnologias, boa redação, proficiência em mais de um idioma, polivalência e capacidade de dedicação a várias frentes.

Algumas coisas não mudaram nesse novo perfil: honestidade, ética e integridade são condições imprescindíveis que devem ser ressaltadas desde o ensino fundamental.

A relação entre ensino médio, formação geral e educação profissional não é apenas de conteúdo, mas de competências orientadas para diversos setores, que serão refinadas e aperfeiçoadas no próprio mercado de trabalho.

⁷ Diretora do Departamento de Desenvolvimento do CENDEC/MEC.

Papel da Multimídia na Educação: Canal Futura,

por ANDRÉA FALCÃO⁸.

O objetivo dos programas educacionais desenvolvidos pela equipe da Fundação Roberto Marinho é o de consolidar propostas de transformação do processo educativo, através da utilização de multimeios. Devemos entender por multimeios o rádio, a televisão, materiais impressos, folhetos, livros, Internet, computadores, CD ROM, dentre outros. A Fundação encara a educação como um processo continuado e, nessa concepção, o *meio* tem papel fundamental. Cada *meio* tem uma determinada função e possibilidade de recursos no processo educacional, sobretudo quando a educação é concebida como educação para a cidadania, desprovida das preocupações institucionais tradicionais.

A filosofia que inspira a concepção de programas da Fundação é a de ensinar o aluno a aprender, é fazer crescer o potencial do indivíduo, que passa a responsabilizar-se por sua própria aprendizagem. As instituições de ensino têm o importante papel de oferecer recursos e estímulos que propiciem esse processo de esforço pessoal e criatividade.

A Fundação está preocupada em educar para a diversidade, utilizando-se sempre da concepção “aprender a aprender”. Entretanto, os *meios*, por si mesmos, não são suficientes. É necessário desenvolver uma metodologia de utilização dessa tecnologia disponível. Na elaboração dessa metodologia, a Fundação prefere adotar o conceito de capacitação, que significa criar condições de continuidade ininterrupta do processo de aprendizagem, com vistas à autonomia do aprendiz no desenvolvimento de suas atividades.

Após anos de atividades nessa área, a Fundação partiu para um novo projeto – o Canal Futura – para ampliar seu raio de ação. O que caracteriza o Futura é sua mobilização comunitária, que consiste numa tentativa de organizar uma audiência dirigida.

Essa metodologia baseia-se na filosofia de que não basta apresentar programas: é preciso dar a seu usuário condições de utilizar essas novas tecnologias dentro de seu espaço ou em sua prática profissional. Portanto, o trabalho de acompanhamento é fundamental.

O programa de acompanhamento inclui a publicação de relatórios e materiais informativos, regularmente distribuídos aos usuários dos programas. Tais materiais refletem os níveis de absorção e utilização dos conteúdos programáticos, por parte dos usuários, no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

A Fundação, porém, não se limita a elaborar programas e transmiti-los através da mídia. Equipes são igualmente enviadas a determinadas localidades com o objetivo de organizar oficinas de capacitação com futuros usuários dos programas e propor novos projetos, estabelecendo-se assim uma relação entre a Fundação e essas pessoas, o que pode resultar numa proveitosa troca de experiências e de idéias.

⁸ Fundação Roberto Marinho.

Panorama Regional dos Sistemas de Formação Profissional dos Jovens,

por PEDRO DANIEL WEINBERG⁹.

Dois elementos, que fazem parte da equação da formação de jovens, precedem e motivam as iniciativas de formação: 1) preparar mão-de-obra para a indústria; e 2) proporcionar alternativa de educação para jovens e adolescentes nos segmentos mais pobres da população. Mesmo quando se pretende romper com a velha instituição da formação, utiliza-se programas de formação e capacitação de emprego de jovens para ajudar a formar uma nova instituição.

No Chile e na Argentina começam a ser implantados programas de capacitação, financiados pelo BID, com a intenção de proporcionar aos jovens capacitação e emprego, mas também com uma função latente de construir outra forma de instituição.

Não existe nos países da América Latina uma política nacional para os jovens e muito menos políticas de capacitação e emprego de jovens. Há muitos programas e projetos, mas que não se situam no centro de preocupações como políticas nacionais. Enquanto existirem projetos pontuais, as ações não serão sustentáveis e não se acumularão conhecimentos para direcionar as ações futuras.

No Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o tema da juventude não está institucionalizado. Em alguns países, como Chile e Uruguai, há institutos da juventude; em outros, como Paraguai e Colômbia, há sub-secretarias que se ocupam do tema da juventude. O México acaba de criar uma instituição para a juventude. Esta institucionalização é necessária para que não haja desarticulação entre os atores na implantação de programas de capacitação e no emprego de jovens.

Atualmente, os jovens carecem de voz e poder de voto tanto na elaboração de projetos, como em sua implementação e avaliação. Verifica-se uma desarticulação entre os órgãos do Estado que operam em áreas afins e entre organizações não-governamentais e instituições públicas e privadas. As consequências são a superposição de atividades, a duplicação de recursos, etc.

Os programas são orientados para as camadas mais pobres da população, para jovens desempregados, com baixa escolaridade, que não trabalham nem estudam, para mulheres jovens de setores pobres e, finalmente, para jovens do meio rural. Esta orientação é discutível.

Com a disponibilidade de milhões de dólares, surgiram muitas instituições de capacitação e emprego para jovens. Muitas são instituições piratas, mais preocupadas com seus próprios interesses. Disso resultam programas de formação de segunda categoria.

É importante fortalecer a idéia de descentralização em termos do local de execução dos programas de formação. Os programas podem e devem ser desenvolvidos em nível local. Dentre esses programas, bastante conhecido é o "País Joven", de Medellín, na Colômbia. Por sua importância e dimensão, participa de negociações em condições de igualdade com instituições oficiais muito mais poderosas.

A concepção, implementação e avaliação desses programas, elaborados por ministérios

⁹ Diretor do Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação em Formação Profissional (CINTERFOR), Montevidéu.

do trabalho sem a audiência dos interessados, deve incluir os jovens, que estão sofrendo as consequências da nova organização do trabalho.

Os conteúdos dos programas existentes são o que há de mais crítico. Todos partem do pressuposto de que os jovens vão inserir-se no mercado de trabalho, mas não procuram entender a cultura juvenil e a cultura do mercado que os jovens estão construindo. Os programas continuam seguindo a equação “formação, capacitação e inserção” no trabalho, em empresas ou por conta própria. É preciso começar a pensar numa perspectiva social de cidadania. Tradicionalmente a capacitação não gera emprego nem tem servido para outra espécie de inserção social. É preciso buscar uma capacitação que melhore a inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Antes, o ponto forte desses programas era o financiamento. Com a escassez de recursos, ninguém sabe como ficarão esses programas numa América Latina que corta gastos públicos, sobretudo gastos sociais. Ninguém sabe quem lhes vai dar continuidade, nem como os conhecimentos serão acumulados, distribuídos e disseminados.

Essas atividades devem ser desenvolvidas com a participação regular de todos os atores sociais. Esse desafio foi lançado há dez anos, mas a América Latina continua trabalhando com programas totalmente desarticulados, de natureza fragmentária e sem nenhum ordenamento que lhes dê garantias de permanência e continuidade.

Evolução do Sistema de Formação Profissional do Jovem na Indústria,

por NASSIM WALTER CHIECO¹⁰.

Verifica-se uma mobilização cada dia maior em torno das questões da juventude, conforme atesta a infinidade de eventos, de propostas e experiências nesse campo. A preocupação da sociedade moderna com problemas da criança, do jovem e dos idosos é uma demonstração clara de maturidade política.

O SENAI foi criado na década de 40 para oferecer formação institucionalizada a jovens na área industrial. Na época, a economia brasileira estava voltada para a substituição da educação básica, que engatinhava na direção de sua universalização. Nas décadas seguintes, até os anos 70, deu-se a consolidação da indústria brasileira como indústria pesada, na qual perdurava o modelo de capacitação e de formação de mão-de-obra intensiva, enquanto o SENAI mantinha a aprendizagem como substituta da educação básica.

A Lei 5.692 equiparou a formação industrial e comercial ao ensino do primeiro grau. O SENAI passou então a oferecer, juntamente com a aprendizagem industrial, o chamado ensino supletivo das quatro séries do curso primário. Isto durou até 1980, quando o modelo começou a sofrer mudanças significativas nos perfis da qualificação profissional.

Nessa linha evolutiva, a formação profissional perdeu, na década dos 90, seu caráter de equivalência e de substituição com relação ao ensino básico, tendo em vista o considerável avanço na universalização do ensino fundamental. A formação profissional passa a ter caráter complementar à educação básica. No mesmo período, muda o paradigma produtivo e tecnológico das indústrias, que passa a basear-se nas tecnologias da informação e do conhecimento. O SENAI viu-se, por conseguinte, na obrigação de rever seus cursos, currículos, perfis para se adequar ao novo paradigma.

O novo paradigma consiste numa formação voltada essencialmente para a autonomia, e não mais para a produção. O objetivo é levar o trabalhador a intervir criativamente no processo produtivo. Aos sistemas cada vez mais flexíveis de produção devem corresponder sistemas flexíveis de formação. Este é o desafio dos tempos atuais.

Nesse percurso evolutivo, a aprendizagem passou por sucessivas mudanças e está passando por mudanças ainda mais profundas, que exigirão a revisão ou reinterpretação da própria legislação da década de 40. A reinterpretação já está sendo feita, mas a revisão levará mais tempo, tendo em vista o necessário envolvimento de todos os atores interessados.

Uma das primeiras mudanças é a ampliação do conceito de aprendizagem, com sua extensão ao nível médio, com conseqüências muito positivas para a aprendizagem. Outra mudança diz respeito à questão da idade. O conceito de juventude, em termos de faixa etária, precisa ser melhor definido. No Brasil, a aprendizagem está limitada à faixa de 14 a 18 anos. O SENAI quer ampliá-la.

Outra mudança que deverá ocorrer é na duração dos cursos e da carga horária. A tendência é acabar com a aprendizagem em tempo integral, reduzindo-a para seis horas diárias, para atender

¹⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

às conveniências de jovens que estudam e, às vezes, também trabalham. Os cursos também passarão a ser breves, compactos, tendo em vista a dinâmica das mudanças na própria indústria. Cursos muito longos correm o risco de ficar defasados antes de terminar.

A flexibilização das modalidades de contratos de aprendizagem é outra realidade que se impõe. A atual legislação gera problemas, provocando reações de fiscais, familiares, empresas e até do próprio interessado, cujos direitos se busca proteger. O processo de aprendizagem metódica no próprio emprego precisa ser revitalizado, atendendo ao interesse do próprio jovem em seu primeiro emprego.

Ressalta a necessidade de se calcar a aprendizagem profissional nas tecnologias de informação e de conhecimento e espera que, na próxima década, todas essas mudanças já se tenham consolidado.

Papel dos Sindicatos na Formação Profissional dos Jovens: o Caso da Escola do Sul,

por JORGE LORENZETTI⁸.

Devo destacar o crescimento do papel da educação na agenda nacional e a conscientização de todas as classes sociais de sua importância para a solução de nossos problemas. Todos os segmentos sociais, inclusive os sindicatos, que têm sido um tanto omissos nesse campo, devem formular políticas em todos os campos em que a educação for fator fundamental, para resolver os problemas da juventude, do trabalho infantil, das questões de gênero, de raça, de idade etc.

No Brasil, existe um sistema de ensino regular que deve ser valorizado. Mas há também outro sistema, de educação popular, que não é conhecido nem valorizado. Sistema que não possui visibilidade, mas que cumpre um papel essencial na construção e ampliação da cidadania.

A CUT ajustou seu projeto de educação à pedagogia desenvolvida por mestres brasileiros, mais conhecidos e seguidos no exterior do que no Brasil, como Paulo Freire. No processo pedagógico da CUT, a educação não é apenas aprendizagem, mas um processo participativo de educação num sentido abrangente.

Para dar base a essa política de educação, a CUT criou uma rede nacional de educação que tem sete escolas em sete regiões do Brasil, envolvendo uma grande quantidade de formadores de planos de trabalho, articulados com todos os aspectos da educação regular. Essa nova agenda de educação abrangente deverá estender-se ao interior dos dois mil e oitocentos sindicatos da CUT, para alcançar operários analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental, com vistas à sua inclusão social em plena posse da cidadania.

A CUT inseriu-se à campanha de combinar capacitação para o trabalho e para a vida com a elevação do nível de escolaridade. Não foi só com a universalização da educação fundamental que os países se desenvolveram, mas também com a mobilização da sociedade.

É nesse contexto que insere-se a Escola Sul, que abrange a região sul do Brasil e procura incorporar o conceito de auto-sustentação e articulação com geração de trabalho e renda. No complexo da Escola Sul está sendo desenvolvida, em parceria com a Escola Técnica Federal, uma escola de turismo e hotelaria de nível técnico e profissionalizante, que combina uma sólida formação acadêmica com capacitação técnica.

A CUT acaba de criar uma agência nacional de desenvolvimento solidário para, em articulação com seus programas na área da educação, promover atividades econômicas de geração de trabalho e renda na perspectiva do cooperativismo e da autogestão.

Sabemos dos esforços que vêm sendo desenvolvidos nessas áreas, que em geral envolvem pessoas de nível superior, com ênfase na gestão. Há carências nas áreas de execução. A escola está em fase de teste. Pretende envolver a sociedade e desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos egressos para a avaliação de resultados e elaboração de novos projetos nesta área.

⁸ Diretor da Escola do Sul, da Central Única dos Trabalhadores.

Resultados do Cadastro Nacional de Iniciativas não Formais de Educação Profissional de Jovem e Aliança pelo Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável,

por ANA BIANCHI DOS REIS¹¹.

Constantes pedidos de financiamento de projetos levaram a Fundação, em 1994, a dar início, nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, a um mapeamento de organizações, fora do sistema formal, para conhecer sua natureza, origem, programas e seu compromisso com a população carente, principalmente de adolescentes excluídos do sistema formal.

O primeiro parceiro do Projeto foi a SEFOR, depois a UNICEF e, por último, organizações do tipo Instituto Ayrton Senna, Credicard Abraço, e outras. Além de identificar e localizar as organizações, interessava conhecer suas idéias, iniciativas, experiências, seu desempenho face às mudanças tecnológicas, organizacionais e ético-políticas, exigidas pelo mundo do trabalho e pela realidade social. O objetivo final era subsidiar a política de educação profissional do Brasil.

Desse trabalho resultaram um cadastro de âmbito nacional, um para cada região, um relatório nacional e um banco de dados, já disponível na Internet. Foram cadastradas 1076 entidades em todo o Brasil e 1119 programas (há entidades que têm mais de um programa) voltados para a iniciação profissional do adolescente.

O objetivo é dar visibilidade a essas experiências e, ao fazê-lo, dar a oportunidade de que sejam incorporadas ao sistema formal. Por isso, o Projeto prevê uma pesquisa para detalhar a proposta pedagógica e a experiência desenvolvida em seu conjunto.

Os dados e informações resultantes desse cadastro não serão completos, mas suficientes para oferecer um panorama dessas atividades no país. Já foram identificadas 122 entidades na região Norte, 160 no Nordeste, 139 no Centro-Oeste, 278 no Sudeste e 377 no Sul, envolvidas no desenvolvimento de programas de iniciação profissional para adolescentes, na sua maioria entidades filantrópicas ou confessionais, especialmente da Igreja Católica, outras de ONGs e algumas municipais. A sobrevivência dessas entidades depende, em grande parte, do apoio do Governo, especialmente de governos municipais, por se tratar, em geral, de entidades locais. O tipo de apoio varia – financeiro, material e de recursos humanos – predominando os dois últimos, no caso de apoio municipal. Varia também quando se trata de órgão de gestão privada ou pública.

Quanto à clientela, 85% dos programas ocupam-se de adolescentes não integrados ao sistema formal e, desses, 32% vivem nas ruas. Esses percentuais variam de região para região. No Nordeste, predominam programas para jovens de rua, infratores, etc.; no Centro-Oeste, jovens com necessidades especiais; no Norte e Nordeste, também jovens nas zonas rurais. Nas demais regiões, a distribuição é mais equilibrada.

Com relação aos serviços prestados, o cadastro registra quais e quantos cursos são oferecidos, carga horária, número de alunos por curso, objetivos e conteúdos de proposta pedagógica. Em geral, são cursos de breve duração. Ao todo, foram cadastrados 5023 cursos com 228.608 matrículas. O maior número de cursos concentra-se nas regiões Sul e Sudeste.

¹¹ Fundação Odebrecht.

Quanto ao tipo de formação ministrada, 40% situa-se na produção industrial, 22% no artesanato e 21% no setor de serviços. No que tange à proposta pedagógica, 86% dos programas desenvolvem trabalho importante com a família e dão ênfase à importância da educação básica.

A Fundação, com base nesses dados, está começando a sistematizar as diferenças existentes entre essas entidades e programas. Há entidades que limitam-se a empreender uma política de contenção, isto é, a oferecer atividades aos jovens com o simples objetivo de tirá-los das ruas, enquanto outras dedicam-se à iniciação profissional, complementando o trabalho da escola.

A principal conclusão que se pode tirar desse cadastro é que o Brasil dispõe de um imenso capital político e social que lhe permitirá avançar em suas propostas de promoção da juventude.

Profissionalização de Jovens em Situação de Risco,

por CESARE LA ROCCA¹².

A Fundação Axé considera a educação como meio de devolver às crianças a infância que perderam ou que lhes foi roubada. A educação na Axé tem um conceito muito amplo: ademais dos parâmetros elaborados pelo Ministério da Educação, é necessário introduzir parâmetros transversais que possibilitem oferecer à criança um ambiente educativo extremamente diversificado, que envolva, além do poder público e da escola formal, a inserção da criança na sociedade civil. Tal atitude devolveria às crianças, principalmente àquelas oriundas das camadas populares, o prazer de aprender.

Estudar não é tedioso. A escola é tediosa. Quando o aluno verbaliza seu desconforto está dando prova de saúde mental. A escola pública é imprescindível, mas é preciso oferecer uma proposta pedagógica inovadora.

A Axé tem sua própria escola, com o objetivo de influenciar o poder público, que pode transformar um projeto isolado em uma política pública permanente e universal.

A escola nasceu no âmbito do sistema municipal de ensino de Salvador, com professores selecionados pela Axé e pelo Município, com uma proposta pedagógica elaborada pela Fundação e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação. O projeto educativo recebeu o nome de ILÊ ORI, que significa “casa da cabeça”.

A experiência revelou dois pontos fundamentais que não podem deixar de constar numa proposta educativa: primeiro, é preciso criar um ambiente de postura e ética adequadas por parte dos educadores. Os educandos não podem perder a confiança no mundo dos adultos; segundo, só é possível lidar com a pobreza e a miséria trabalhando com a beleza, a arte e a cultura.

Depois de seguir Paulo Freire e outros em suas propostas pedagógicas, a Fundação Axé descobriu na psicanálise o desejo e o sonho. Foi a pedagogia do desejo e do sonho que levou uma criança de rua, que antes se perguntava: “Que tenho a perder?”, a descobrir-se na arte, no belo, a recuperar sua auto-estima, e passar a perguntar: “Por que também não posso fazê-lo?”.

Certa vez Joãozinho Trinta afirmou que “quem gosta de pobreza é intelectual, pobre gosta de luxo e beleza”. É assim que a criança reage diante do belo. Para educar não bastam competência, base teórica e formação permanente, mas, sobretudo, criatividade e inovação, sob a única anarquia possível: a da imaginação.

¹² Presidente da Fundação Axé.

Programa Capacitação Solidária,

por ELIZABETH BRAZ.

O programa nasceu em 1996 no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária. Para administrá-lo foi criada a Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, responsável pela captação de recursos e pela administração do Programa. O Programa conta com o apoio da sociedade civil e com a parceria de governos, de organizações internacionais e do empresariado nacional.

O programa gerencia propostas de financiamento de cursos e atividades, mediante seleção por concursos públicos. Não há interferência na vontade das comunidades proponentes, por isso acolhe todos os pedidos que contenham elementos de inserção social, tais como cursos de dança, teatro, além de cursos de formação profissional.

Além de se ocupar da preparação de jovens para a vida e para o trabalho, busca também o fortalecimento de instituições da sociedade civil. Criou, em 1997, cursos para habilitar instituições a elaborar seus projetos, gerir recursos humanos e financeiros, criar processos de avaliação de suas próprias iniciativas etc.

Foram implantados ainda cursos para instruir ONGs sobre procedimentos necessários para gerar auto-empresendimentos, micro-empresendimentos, constituição de preços de produtos, com o objetivo de orientar jovens para o auto-emprego.

Os cursos têm duração média de 720 horas distribuídas por módulos básicos de questões didáticas. Um dos objetivos secundários desses cursos é a permanência do jovem na escola ou seu retorno à escolarização. Grande parte de seu público-alvo, cerca de 60%, tem por volta de 16 anos e cursa o ensino fundamental.

Programa “Largada 2000”,

por CLÁUDIA RAMALHO¹³.

O Programa “Largada 2000” é fruto de uma aliança estratégica entre o SESI e o Instituto Ayrton Senna. Tem como objetivo produzir subsídios para a formulação de uma política de juventude no Brasil.

A partir de 1994, o SESI sentiu a necessidade de articular-se com movimentos que transcendiam o oferecimento de serviços setoriais nas áreas da educação, saúde e lazer. Criou o programa “Esporte Solidário”, em parceria com a Secretaria Extraordinária de Transporte da Presidência da República, mas não estabeleceu mecanismos para sua continuação.

Depois desta experiência, aliou-se à Fundação MUDES para realizar o IV Encontro Nacional da Juventude, cujo tema era a formação profissional. No mesmo ano, estabeleceu uma aliança com o Instituto Ayrton Senna, com o objetivo de desenvolver trabalho conjunto na área juvenil.

O Programa “Largada 2000” propõe a criação de um eixo para estruturar ações voltadas para o adolescente. Não prevê a criação de novos projetos mas sim a priorização e fortalecimento dos já existentes. O Programa desenvolve atualmente dois projetos: 1) “Redimensionamento da Atenção Direta ao Adolescente”; e 2) “Produção e Disseminação de uma Nova Política Social”.

O primeiro assenta-se em três pilares: a educação para a “formação de valores”, o “protagonismo juvenil” e a “cultura da trabalhabilidade”. O projeto está presente em seis Estados, em caráter experimental. Todas as iniciativas e propostas que vêm sendo construídas servirão de insumos básicos para o segundo projeto, essencialmente pedagógico. O SESI entende que educação não acontece só no espaço formal, mas na família, no lazer, na cultura etc.

O Projeto está sendo desenvolvido com educadores capacitados e com a participação dos próprios jovens. Trabalha no desenvolvimento da auto-estima, do auto-conceito e da auto-determinação. Ressalta a autonomia, a solidariedade e a competência do jovem.

¹³ Coordenadora de Lazer do Serviço Social da Indústria (SESI).

Desemprego Juvenil: Tendências e Desafios,

por MARY ANGELS FORTUNY¹⁴.

As Nações Unidas consideram jovens pessoas entre 15 e 24 anos de idade, inclusive. Essa faixa varia muito de país a país. Estima-se em mais de um bilhão o número de jovens em todo o mundo. Destes, 600 milhões estão no mercado de trabalho. Entretanto, mais de um jovem em cada dez encontra-se sem emprego, o que significa aproximadamente 60 milhões de jovens desempregados, enquanto outros têm empregos eventuais e de baixa qualidade.

A taxa de desemprego dos jovens é muito mais alta do que a dos adultos. Nos países da OCDE, um aumento de 1% no desemprego de adultos resulta num aumento de 2% no desemprego de jovens, que são mais sensíveis às crises econômicas; em 1997, na Turquia, a taxa era de 14% para os jovens e de 4% para os adultos; na Colômbia, de 27% para os jovens e de cerca de 10% para os adultos.

Nos países em desenvolvimento, o desemprego juvenil aumentou significativamente nos últimos 20 anos, mas, por outro lado, houve um aumento no número de jovens ingressados no mercado de trabalho. Estima-se em 100 milhões o número de novos empregos a serem criados nos próximos 20 anos. Por outro lado, nos países desenvolvidos, onde o aumento da população de idosos é bastante significativo (em 2005 as estimativas indicam grande porcentagem de maiores de 60 anos) tudo indica que o mercado de trabalho não terá condições de absorver todos os jovens, ainda que em número proporcionalmente menor ao de idosos.

Há ainda uma diferença de tratamento entre os próprios jovens, no que se refere ao desemprego. As taxas são ainda mais elevadas entre os portadores de deficiência, os oriundos de minorias étnicas e os de baixa escolaridade.

A questão é ainda mais grave com relação às jovens mulheres. Na maioria dos países, a taxa de desemprego das mulheres é muito maior que a dos homens. A diferença pode chegar até a 40% em alguns países. Todavia, essas taxas nem sempre refletem a realidade. Quando há crise na criação de empregos, as mulheres são as mais facilmente dispensadas, ou costumam aceitar trabalho em tempo parcial, que não figura nas estatísticas.

O desemprego juvenil ocasiona problemas no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Provoca queda da contribuição do segmento mais produtivo para o desenvolvimento econômico da sociedade e aumenta as possibilidades de desemprego no futuro, além de obstruir a passagem da adolescência para a maturidade.

A todos os níveis do desemprego pode corresponder uma alienação da sociedade e dos processos de democratização política, com graves conseqüências para a paz social. Tendo em vista os altos custos do desemprego, é preciso abrir caminho para empregos produtivos para os jovens, levando sempre em conta o estado da economia. De nada adiantam melhores níveis de capacitação sem assegurar suficientes oportunidades de trabalho. Mas a falta de qualificação é um dos obstáculos básicos para o emprego. Os jovens mais afetados são os menos qualificados. Na França, em 1995, a taxa de emprego de jovens mais qualificados era 4 vezes maior que a dos menos qualificados.

As políticas de promoção do emprego juvenil não devem limitar-se à formação. Devem

¹⁴ Especialista do Programa de Emprego da OIT - Genebra.

introduzir medidas políticas de promoção do auto-emprego e do desenvolvimento empresarial, a fim de contribuir para a redução do desemprego juvenil.

Como o desemprego juvenil não afeta igualmente a todos os jovens, os programas de promoção de emprego devem ater-se às necessidades específicas de seus participantes, levando em conta os mais necessitados, para evitar o perigo da exclusão social. Há uma tendência de se focar os participantes mais promissores, para demonstrar o êxito do programa. Uma melhoria nas perspectivas de trabalho seria um indicador de êxito válido. O monitoramento na execução do planejado e a avaliação do programa devem levar em consideração esses aspectos.

Falta conhecimento sobre o mercado de trabalho. A participação dos interlocutores sociais no planejamento e na implementação dos programas é fundamental para ajudar a identificar programas mais adequados com relação às oportunidades de emprego. Organizações de trabalhadores e de empregadores são partes interessadas no processo e, portanto, estão comprometidas com seu sucesso.

É importante promover alianças entre governos, ONGs, setores públicos e privados, e com a comunidade em geral. Acordos institucionais devem fomentar essa colaboração e melhorar a coordenação entre o mercado de trabalho, a educação e a formação. A orientação não deve ser tratada apenas por serviços nacionais de emprego, mas também pelo setor privado, que pode assessorar sobre as oportunidades de emprego e dar sugestões sobre o tipo de qualificações de que o jovem precisa para melhorar sua empregabilidade.

Os jovens estão mais sujeitos a empregos irregulares, de baixa qualidade. Não basta criar empregos. É preciso criar empregos de qualidade. Desde sua fundação, a OIT vem se preocupando com o estabelecimento de normas para melhorar as condições de trabalho dos jovens. As convenções sobre idade mínima e trabalho infantil de menores datam de 1919. A promoção de empregos e a formação dos jovens fazem parte de seus instrumentos de ação social.

Em 1986, a Conferência anual da OIT teve o jovem como tema. A partir de então, este tema passou a fazer parte da agenda das conferências, com recomendações para melhorar suas condições de vida, seu acesso à educação, à formação e ao emprego, sobre as condições de trabalho no setor informal etc.

Em 1996 a OIT adotou resoluções com relação à meta do pleno emprego num contexto global e recomendou medidas especiais para promover a empregabilidade de grupos vulneráveis, como os jovens. Em 1998 adotou outra resolução, que passa a considerar o tema do emprego juvenil como prioritário. Recomendou a elaboração de uma estratégia internacional de emprego de jovens e a criação de um banco de dados sobre o tema.

No biênio 1996-1997, executou um programa de ação sobre o desemprego juvenil, que compreendia uma série de estudos, cujos resultados ainda não foram publicados.

A OIT participou de sessões do Fórum Mundial da Juventude, seguidas da I Conferência Mundial de Ministros da Juventude, em Lisboa, das quais resultaram o Plano de Ação de Braga, Portugal, e a Declaração de Lisboa sobre políticas e programas da juventude. No Grupo de Trabalho sobre Emprego, a OIT fez recomendações que deveriam ser implementadas pela ONU e por ONGs, que incluíam o Plano de Ação de Braga, a criação de uma página na Internet e a promoção de uma campanha educativa sobre o direito dos jovens ao trabalho.

A situação sócio-econômica dos jovens varia de país para país, mas a característica comum

é o seu desejo de participar e de se integrar na sociedade. Todos os países deveriam desenvolver estratégias para criar mais e melhores postos de trabalho para jovens, principalmente para os mais desfavorecidos.

A busca de soluções efetivas requer a colaboração das partes interessadas, governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, setor privado, ONGs e de toda a sociedade civil, tanto no planejamento como na execução de políticas de emprego juvenil e na melhoria da qualidade de oportunidades de emprego. A OIT deseja contribuir para estreitar a colaboração de todos esses setores.

Experiências Regionais de Promoção de Emprego para o Jovem,

por ANDRÉ URANI¹⁵.

Considero natural o fato de o desemprego do jovem ser maior do que o do adulto. O jovem pode se dar ao luxo de não trabalhar, pode esperar um emprego melhor, pois não é o principal responsável pela geração de renda do seu núcleo familiar. Mesmo ao entrar no mercado de trabalho, é membro secundário, dependente. Portanto, o principal problema do jovem não é o desemprego, mas seu despreparo para viver no mundo atual.

O Estado do Rio de Janeiro possui a taxa de desemprego mais baixa do Brasil: 5,5%. Na cidade do Rio de Janeiro, o percentual é ainda menor: 4,5%. Na faixa etária de 15 a 24 anos essa taxa salta para 11,5%. Se comparada com outras épocas (1991 a 1999), e com o que acontece no conjunto das seis principais regiões metropolitanas, a taxa de participação do jovem no mercado de trabalho caiu sensivelmente, de 27% para 12,5%. Isto é, em 1991, uma em cada quatro pessoas, entre 15 e 19 anos, trabalhava ou procurava trabalho. Hoje, essa proporção é de uma para oito na mesma faixa etária.

Esse fenômeno resulta do desaquecimento da economia e da conseqüente incapacidade do mercado em gerar novos empregos. Além disso, há também de se considerar a maior valorização da escolaridade. É cada vez maior o nível de exigência de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, na expectativa de assegurar melhores condições de emprego.

No caso do Rio de Janeiro, a questão da escola para todas as crianças está resolvida no nível fundamental. No ensino médio, a situação deteriora-se: somente 30% dos alunos entre 15 e 17 anos que concluem o ensino fundamental têm acesso ao nível médio. A expansão do ensino médio é prejudicada pela falta de recursos públicos, a começar pelo desestímulo dos salários baixos: enquanto que na rede pública municipal o salário médio de um professor é de 1000 reais, no ensino médio público estadual ele é da ordem de 250 reais.

Estudos mostram que 28% dos jovens entre 15 e 19 anos, da raça negra, não estão na escola, não trabalham e não procuram emprego. No caso dos pardos, esse percentual cai para 15% e dos brancos, para 8%. Estas pessoas não estão desempregadas. Estão excluídas do sistema escolar e marcadas pela discriminação. Essa situação gera letargia, desencorajamento, estímulo ao ócio e, talvez, à marginalidade, sobretudo quando se consideram as poucas oportunidades de lazer.

Para superar essa situação, é preciso investir na escolarização, dando oportunidade de recuperação do tempo perdido fora da escola. Todos os níveis de governo, organizações comunitárias, ONGs, instituições públicas e privadas, igrejas, sindicatos, devem juntar esforços para que todo cidadão adulto, acima de 15 anos, possa completar, pelo menos, o ensino fundamental. Também é preciso fazer uso de tecnologias não convencionais, como a tele-sala e outras metodologias, para acelerar o processo.

Deve-se ainda construir percursos alternativos de sucesso, abrindo novos horizontes para o jovem, principalmente para os pobres e negros, para que não sejam tragados pela onda do consumismo e do sucesso fácil exibidos pela televisão.

¹⁵ Secretário Municipal do Trabalho, do Rio de Janeiro.

Modelo Solidário de Atendimento ao Trabalhador Juvenil,

por TADEU MORAIS DE SOUZA¹⁶.

O Centro de Solidariedade foi criado em 1998, mediante convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego (80% dos recursos, provenientes do FAT - Fundo de Apoio ao Trabalhador) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (20% dos recursos). A finalidade do Centro é a de empregar desempregados. Até o momento, o Centro já atendeu 1,2 milhão de pessoas em São Paulo e já empregou 65 mil. Neste ano, qualificou 150 mil trabalhadores. Apesar de prestar esses serviços gratuitamente, tanto ao empregado quanto ao empregador, o Centro esbarra em dificuldades na busca de vagas em empresas, por se tratar de uma entidade sindical.

Ademais, houve uma mudança no perfil do empregado. A maioria dos jovens anteriormente inseridos no mercado de trabalho eram portadores apenas de certificado de primeiro grau, completo ou incompleto. Atualmente o nível de exigência por parte das empresas é bem maior.

O Centro está investindo na qualificação para o trabalho em novos setores da economia, como o de telecomunicações, supermercados, serviços, hotéis, etc. O Centro está em contato com um grupo americano, a fim de montar uma panificadora no Sindicato, para formação de confeitários, de padeiros e de açougueiros, profissões em falta no mercado. Há três mil vagas no setor de hotelaria. O problema mais grave é a reação do trabalhador à mudança de profissão. Aí entra o trabalho do Centro que, através de seus psicólogos, tenta redirecionar os jovens para trabalhos de maior demanda e vocação.

¹⁶ Coordenador do Centro de Solidariedade ao Trabalhador, da Força Sindical.

Programa BNDES Solidário,

por PEDRO GOMES DUNCAN¹⁷.

O BNDES, principal financiador da reestruturação produtiva, é sempre muito criticado e contestado. O Banco, que antes só financiava a indústria, estendeu suas operações às áreas do comércio e do serviço. Ao entrar na área social, o BNDES desenvolveu projetos pontuais, focalizando a questão do desemprego. Em seus contratos de financiamento, o Banco adota a cláusula social de estabilidade do trabalhador, a criação de postos de trabalho, o treinamento, etc.

Tem buscado parcerias com empresas com o objetivo de estabelecer acordos de compromisso social. A CICA está investindo, em Goiânia, quase 5 milhões de reais em programas de natureza social. O Banco criou o Fundo Social, cujos recursos deverão ser aplicados em programas de ação em benefício da criança e do adolescente em situação de risco social. Para isso, o BNDES apoia com recursos a fundo perdido (já investiu quase 200 milhões de reais nessas atividades) projetos de impacto e com potencial de multiplicação. O BNDES opera particularmente com empresas auto-gestoras, empresas geridas pelos próprios trabalhadores, o que é uma inovação no Brasil.

A ação mais importante do Banco na área social é o Programa do Crédito Ativo Popular, que tem por objetivo criar um novo canal de distribuição de recursos do Banco. A variável *crédito* é muito importante para criar condições de emprego e principalmente de auto-emprego, no setor informal.

Mas o Banco não segue o tradicional sistema financeiro. Tem suas próprias características, visando especialmente o pequeno empreendedor e suas dificuldades de qualificação e formação. Busca criar uma indústria vinculada à atividade de uma comunidade e capitalizá-la, buscando ao mesmo tempo, garantir a sua sustentabilidade.

O financiamento é feito mediante contratação de associações, de âmbito municipal, para gerir e administrar o crédito. Hoje, já são 22 entidades e, até o final do ano, serão 30 operando em nome do Banco. Não há garantias nessas operações. Este ano já foram concedidos 90 mil créditos médios de 1,1 mil reais. Trata-se de crédito para capital de giro. Esse tipo de crédito surgiu originariamente para beneficiar a mulher que trabalha no próprio lar.

Com relação ao jovem, o BNDES está partindo para um consórcio de municípios, contando com a parceria de importantes fundações, tais como a Odebrecht, a Ayrton Senna, e outras. O objetivo é localizar três municípios do interior e identificar suas potencialidades. Por meio de uma aliança com os adolescentes do local, será promovido o seu desenvolvimento.

¹⁷ Gerente do Departamento do Trabalho da Área de Desenvolvimento Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Consultoria Jovem,

por LUÍS AFONSO BERMUDEZ¹⁷.

A preocupação da Universidade de Brasília com a formação na área tecnológica, tendo em vista as limitações industriais da cidade, é abrir novas perspectivas em termos de empreendimentos pessoais.

Para isso, adotou vários programas. O mais conhecido é o “Incubadora de Empresas”, que é procurado principalmente por jovens (recém-formados na graduação, cursando pós-graduação ou somente dispostos a aventurarem-se em novas áreas). Outro programa é o “Empresa Júnior”, que presta orientação ao estudante, possibilitando que, ao sair da faculdade, exerça no mercado de trabalho as funções inerentes à sua formação.

Os grupos são pequenos e estão concentrados nas áreas da administração, publicidade, comunicação, estatística, psicologia, relações internacionais e ciência política, engenharias civil e elétrica, química, etc.

Os professores não interferem na gestão desses empreendimentos. A UnB fornece a estrutura de funcionamento, orienta sobre o mercado e oferece cursos de gestão, em parceria com o SEBRAE e outras instituições de Brasília. A eficácia do treinamento pode ser auferida por 85% dos alunos que, ao deixarem o programa, julgam-se em condições de empreender seu próprio negócio.

Nenhuma área interfere nos negócios de outra, a não ser para prestar serviços específicos. Um grupo da área de administração pode prestar consultoria administrativa para outro grupo de uma área técnica, por exemplo.

A média anual de participação é de 35 alunos por ano. Desde 1991, ano da criação do Programa, 600 estudantes receberam treinamento. Isso não significa que todos tenham tornado-se empresários.

Outro programa da UnB é o “Jovem Empreendedor”, que, em parceria com o CNPq, concede bolsas na área tecnológica para que jovens formandos desenvolvam projetos vinculados à sua área de graduação. A parceria pode estender-se igualmente às federações das indústrias e do comércio. Uma vez identificado projeto de pesquisa em determinada área e tema de interesse, professor e aluno poderão solicitar bolsa de pesquisa à UnB, o que lhes assegurará as ferramentas necessárias para seus estudos e pesquisas. O mesmo acontece se pretenderem desenvolver um projeto com base numa idéia inovadora. O fato é que o aluno sai da faculdade com mais conhecimentos e condições de enfrentar o mercado de trabalho.

Quanto a recursos financeiros, a UnB não os proporciona, mas ajuda o pretendente a buscá-los. Isto também faz parte da aprendizagem. Tendo em vista a limitação das bolsas, a UNB atende 15 estudantes por semestre.

Outro programa gerido pela UnB é o “Escola de Empreendedores”. Essa iniciativa consiste em inserir na grade curricular disciplinas que incentivem a cultura empreendedora. As aulas fogem

¹⁷ Universidade de Brasília.

ao estilo tradicional, pois são ministradas por pessoas de fora da Universidade, que vêm compartilhar suas experiências de sucesso ou de fracasso. A UnB estendeu essa experiência ao ensino do 2º grau, por meio de outro programa. Dada a escassez de recursos, está atendendo atualmente apenas a Escola Industrial de Taguatinga, que forma técnicos para o mercado de trabalho de Brasília. Cerca de 250 estudantes participam do programa.

Apoio ao Jovem Empreendedor,

por MARCELO LIMA CASTRO¹⁸.

O SEBRAE opera com conceitos e metodologia tradicionais de emprego. Com as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e a conseqüente alteração dos paradigmas até o momento adotados, é possível que o SEBRAE não esteja preparado para a abordagem dos novos paradigmas que ora se impõem.

O SEBRAE ocupa-se do empreendedorismo e do apoio a empresas de pequeno porte. Atualmente, as grandes empresas, para se tornarem mais competitivas, estão desempregando e continuarão a desempregar; a máquina do Estado vem reduzindo seu tamanho, provocando mais desemprego. Resta dinamizar as empresas de pequeno porte, que hoje respondem por 60% do emprego no Brasil.

Chegará o momento em que a pequena empresa não terá mais condições de contratar. Isto já está ocorrendo, tendo em vista o número cada vez maior de empregos sem registro em carteira. O resultado será a redução do emprego, mas não do trabalho. O trabalho não acabará, sendo possível que aumente. Essa é uma tendência universal e o SEBRAE atua sob essa ótica.

No caso dos jovens, o SEBRAE quer assegurar sua inserção no mercado de trabalho, com ou sem emprego. Incluiu em seu orçamento para 2000 uma dotação para capacitação de jovens. Os jovens já estão atentos ao novo programa do SEBRAE - Brasil Empreendedor - e já se mobilizam para dele participar.

O Brasil precisa operar no âmbito de suas prioridades nacionais, que são a geração de renda e a ocupação. A intenção do SEBRAE é a de sintonizar-se com essas prioridades nacionais, trabalhando no sentido de articular questões e meios e estabelecer parcerias. Quer chegar à sustentabilidade das micro e pequenas empresas. Hoje, elas representam apenas 20% da produção. Em alguns países, chegam a 50%. O crescimento das micro e pequenas empresas depende de sua articulação. No mundo moderno, não há lugar para o empreendedorismo isolado.

O SEBRAE norteia-se pelos seguintes princípios: ética, respeito ao ser humano, interesse genuíno e sustentável e atuação com carinho, preocupando-se com o cliente e, para financiar seus programas e projetos, atua em parceria com bancos oficiais, responsáveis pelo aporte de recursos.

O SEBRAE acolhe todos os interessados, sem exclusão. Para atualizar-se, está adotando novas estratégias, dentre elas a mudança de concepção de negócio e adoção do princípio da atuação em parceria. Considera o país como um todo, com seus segmentos públicos e privados. Adota uma estratégia de universo, que atua de modo a atingir o maior número possível de interessados.

Grande parte da ação do SEBRAE está voltada para o jovem. Com sua ação de empreendedorismo, não pretende fazer do jovem, necessariamente, um empresário. Caso ele não se torne um empresário, poderá levar novas idéias e dinamismo à empresa que o acolher.

O SEBRAE opera em várias linhas. Uma delas é a do microcrédito, inclusive avalizando

¹⁸ Coordenador do Programa Brasil Empreendedor, do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE).

empréstimos bancários para empresas de pequeno porte, para que continuem gerando renda e emprego. Nesse sentido, já trabalha em parceria com o BNDES. Outra linha inclui projetos de geração de pequenos negócios ou de seu fortalecimento em termos tecnológicos.

Outro programa é o PRODER, de nível municipal, em que o SEBRAE opera com toda a comunidade, primeiro identificando suas dificuldades e potencialidades, depois partindo para ações de desenvolvimento. Atua também na área da exportação, com vista à criação de estruturas e de mercado para a exportação de produtos de pequenas empresas.

No balcão de atendimento o SEBRAE entra em contato com o grande contingente de jovens candidatos a empresários. Por meio da TV SEBRAE, opera projetos de ensino à distância com cursos de capacitação de empreendedores.

Trabalha ainda para que sejam introduzidos nos currículos oficiais das instituições de ensino brasileiras, conteúdos de cultura empreendedora. O SEBRAE está entrando nas escolas para levar a idéia do empreendedorismo. Em Minas Gerais, mantém uma Escola Técnica de Formação Gerencial só para jovens.

Está encarregado de capacitar um milhão de empreendedores no âmbito do programa “Brasil Empreendedor”, e elaborar 400 mil planos de negócios para empreendimentos, em todos os níveis de ensino. Já contamos com mais de 77 mil pessoas inscritas em todo o Brasil, em grande parte candidatos de baixa escolaridade.

Empregabilidade dos Jovens: a Experiência Chilena,

por MACARENA GARCIA¹⁹.

O conceito de empregabilidade ganhou força no Chile nos últimos 20 anos, não só no âmbito governamental, mas também na área privada e empresarial.

Conforme resultados de um estudo feito conjuntamente pela Confederação e Centro de Empresários do Chile e a OIT, o desempenho juvenil no Chile tem sido bom nos últimos 15 anos, com alta taxa de crescimento, ampla sustentação, baixa inflação e superávit de exportações. Após a crise de 82, o desemprego vem caindo, chegando a quase 5%, o que constitui quase um pleno emprego.

O problema começa quando se considera o desemprego juvenil, acentuado na faixa etária entre 15 e 24 anos, cuja taxa de desemprego está acima do dobro da taxa nacional, situando-se entre 15 e 16%. Na faixa entre 15 e 19 anos, a taxa é ainda mais alta, sendo três vezes maior que a taxa nacional. Depois da crise asiática, um em cada três jovens chilenos está desempregado.

Com exceção da Alemanha, isso está acontecendo em todos os países. O que preocupa no Chile é que, com o desemprego juvenil constante e a taxa de desemprego do adulto caindo, essa diferença tende a ampliar-se. Daí a preocupação dos empresários que financiaram o estudo.

No tocante ao desemprego juvenil, suas causas devem ser procuradas não nos fatores econômicos propriamente ditos, mas na cultura, na legislação, na estrutura social, na educação e na capacitação. A legislação do trabalho no Chile protege o jovem que, para trabalhar, precisa estar bem na escola, ter permissão dos pais etc. Mas a educação parece ser a principal responsável pelo desemprego juvenil no Chile.

Há três níveis básicos de educação no Chile: o pré-básico - para crianças de 2 a 5 anos, não obrigatório; a educação básica, obrigatória e gratuita, para a faixa etária de seis a treze anos, e a educação média, para alunos maiores de treze anos, que não é obrigatória, mas atende a grande percentagem de jovens nessa faixa etária (em torno de 80%). A questão não está na quantidade de anos, mas na qualidade do ensino.

A educação é ministrada em três tipos de estabelecimento: 1) municipal, escolas públicas com financiamento público; 2) escolas particulares com financiamento público do Estado, mas de administração privada; e 3) escolas particulares pagas, administradas e financiadas pelo setor privado. A idéia central desse sistema é o ensino particular, mas subvencionado pelo Estado proporcionalmente à qualidade dos alunos que as freqüentam, o que obriga as escolas a competir pelo melhor ensino.

Nesse grupo de escolas subvencionadas há um importante grupo de escolas administradas por empresários, evidentemente orientando o ensino para o ramo de suas atividades. A educação tem melhorado bastante com esse sistema.

Falta combater a evasão escolar. A evasão é produzida por questões econômicas. O jovem entra no mercado de trabalho sem a devida preparação em termos de escolaridade. Isso acontece também com mulheres jovens por motivo de gravidez. A solução estaria em aumentar os subsídios econômicos para deter a evasão e permitir a continuidade dos estudos.

¹⁹ Câmara Comercial Chilena.

Detectou-se também um problema no sistema de educação: a educação não proporciona ao jovem as habilidades básicas necessárias: matemática, domínio da língua, etc., nem cultura mínima de trabalho. Por outro lado, faltam também aos jovens características básicas de comportamento no trabalho.

Com relação à educação média, há duas vertentes: uma científico-humanista que prepara para a universidade, outra, técnico-profissional, que prepara o estudante para trabalhar em nível técnico. Essas duas vertentes deveriam ser complementares e não excludentes.

Por ser muito pequeno o percentual dos aprovados para a universidade, os não aprovados, preparados exclusivamente para curso superior, não têm chances no mercado de trabalho e, por isso, ficam desempregados. Por outro lado, os que optaram pela vertente técnico-profissional, ficam limitados à atividade para a qual foram preparados. E também ficam desempregados.

Outro fato é que a educação privada é de melhor qualidade que a pública estatal e entre as instituições privadas as de melhor qualidade são as ligadas a empresas. O que se pretende, portanto, é incentivar e gerar maiores facilidades para que os empresários assumam a educação.

O Chile adota o sistema dual de educação, um misto de ensino e aprendizagem, isto é, três dias de ensino e dois dias de estágio. Na Alemanha, esse sistema reduziu muito o desemprego juvenil. Para isso tem que ser universalizado, mas é custoso para pequenas e médias empresas que, para cada estagiário, precisam destacar um de seus trabalhadores como treinador. Os resultados, porém, têm sido muito alentadores e a maioria dos jovens do sistema consegue emprego sem dificuldade.

Outro aspecto é o papel dos professores. No Chile, os professores têm um comportamento anti-empresarial, por falta de contato com as empresas. É preciso corrigir essa falha. No Chile também não se mede a produtividade do professor. Isso não é bom, pois não incentiva o bom professor. Há quem proponha que a remuneração seja proporcional à produtividade e, para isso, mais recursos devem ser investidos na educação.

Quanto à capacitação, há muitos incentivos. Merece destaque o Instituto Profissional Técnico, o maior do Chile, com 36 mil estudantes, entregue pelo Governo à Confederação dos Empresários. O Instituto goza de boa imagem e seus alunos encontram emprego com facilidade.

O Governo concede também benefícios fiscais a empresas que investem em capacitação. Esses recursos se destinam a jovem de poucos recursos. O Programa de Capacitação de Jovens para o Trabalho procura ensinar o jovem a ser microempresário. Pretende-se ampliar o Programa com mais cursos dessa natureza.

No Chile paga-se um salário mínimo diferenciado, um para jovens menores de 18 anos e outro para jovens maiores de 18 anos. Esse salário é reajustado por produtividade, pelos índices da inflação e por equidade.

Há grande avanço quanto à informação. Há muitas bolsas de trabalho concedidas tanto pelo Governo como pelo setor privado, com vistas à formação para esse mercado de trabalho.

Outro problema que tem merecido especial atenção do empresariado é a definição de destrezas e habilidades que os jovens precisam apresentar: raciocínio, qualidades pessoais e competências, para facilitar seu desempenho, quando entrevistados.

A certificação de competência no trabalho é outra iniciativa que está crescendo no Chile. No futuro, todos os trabalhadores deverão ter esse certificado de competência.

Medidas Legislativas para a Promoção do Emprego Juvenil,

por PEDRO CELSO²⁰.

Apresentei à Câmara dos Deputados projeto que dispõe sobre estágio profissionalizante para participantes de cursos de capacitação e requalificação profissionais, financiados com recursos do FAT. O projeto já foi aprovado por unanimidade na Comissão do Trabalho. Preocupa-me a instabilidade das políticas nacionais que põem em risco a consolidação das boas iniciativas. Por exemplo, já se fala na extinção do FAT e até do FGTS.

O projeto é fruto de minha experiência como Secretário do Trabalho do DF, quando desenvolvi o Projeto SABER, que envolveu milhares de jovens e trabalhadores cuja principal preocupação era o estágio. O projeto ajusta-se ao Plano Nacional de Formação, do Ministério do Trabalho e Emprego, no qual mais de 50% dos participantes são jovens.

O estágio profissionalizante é uma complementação da formação profissional, introduzindo o trabalhador na prática da profissão adquirida. Contribui para aumentar a qualidade dos cursos oferecidos, proporciona oportunidades para testar conhecimentos adquiridos e aproxima o estagiário dos setores que demandam sua profissão, facilitando assim sua contratação. O estágio fornece certificado comprobatório de desempenho, o que equivale a um atestado de experiência. Pode também propiciar o surgimento de experiências de aperfeiçoamento dos cursos e a formação de um banco de dados sobre recursos humanos capacitados.

O Plano Nacional de Formação - PLANFOR já investiu mais de um bilhão de reais em seus programas, mas está faltando incluir a questão do estágio. Tramita também na Câmara projeto que prevê a isenção do IOF nas operações de microcrédito, para baratear os empréstimos para investimento.

Relatórios do Ministério de Trabalho e Emprego dão conta de desvio do PLANFOR com relação a seu público-alvo, por estar alcançando jovens da classe média, com segundo grau, que já dispõem de alguns mecanismos na busca de alternativas de subsistência e colocação no mercado de trabalho. É preciso assegurar que o PLANFOR atenda jovens em situação de risco social, de baixa escolaridade, que são objeto primordial na formulação de políticas públicas na matéria.

O BNDES utilizou parcela bastante reduzida (através do BNDES Trabalhador e BNDES Solidário) dos recursos disponíveis para o microcrédito. O FAT pôs à disposição desses programas 150 milhões de reais em 1996. Em outubro de 1999, conforme informação do Ministro da Indústria e Comércio, só 10,8% daqueles recursos, ou seja, pouco mais de 15 milhões, chegaram aos beneficiários finais.

Além desses recursos, o Programa de Geração de Emprego e Renda, o PROGER, acumula centenas de milhões de reais no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, que não conseguem chegar ao destinatário, tendo em vista o emperramento burocrático. Só o Banco do Nordeste desenvolve uma política mais ousada nesse sentido. Se o problema de garantias de empréstimos e financiamentos não for resolvido, não haverá avanço na geração de renda e de emprego. O Fundo de Aval do SEBRAE é importante neste contexto, mas seus recursos são escassos.

No tocante ao microcrédito, algum avanço já foi feito, mas as medidas são tímidas e

²⁰ Deputado Federal pelo PT/DF.

parecem mais atender ao *marketing* político do que aos interesses sociais. O BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil têm dificuldade de trabalhar com microcrédito e de alcançar o pequeno empreendedor. Deveria ser criada uma agência nacional de microcrédito que reunisse todas as experiências nessa matéria e trabalhasse em parceria com todos os segmentos da sociedade civil.

Aspectos Jurídicos da Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho,

por MARISA TIEMANN²¹.

A Declaração dos Direitos da França, de 1789, lançou os rudimentos dos direitos fundamentais com relação à liberdade, à igualdade e à propriedade. Ali já se dizia que “os homens nascem livres e iguais em seus direitos”. Os limites desses direitos naturais só são definidos pelos direitos do próximo. Os demais, por lei.

A lei é a expressão da vontade geral e deve valer para todos. Diante dela as pessoas só se distinguem por suas virtudes e talentos. Após a I Guerra Mundial, surgiram outras declarações e foi no bojo do Tratado de Versalhes que nasceu a Organização Internacional do Trabalho - OIT, que consagrou internacionalmente o Direito do Trabalho.

A Constituição da OIT já reconhecia que o trabalho não é mercadoria. E medidas práticas começaram a ser adotadas, como a adoção da jornada de oito horas; o descanso semanal de 24 horas, preferencialmente aos domingos; o combate ao trabalho infantil; a imposição de limites ao trabalho de menores, de modo que não sejam prejudicados em sua escolaridade e desenvolvimento pessoal, e o princípio de salário igual para trabalho de igual valor, sem distinção de sexo.

Essas garantias foram consideradas imprescindíveis para a sobrevivência do homem em sociedade, além de seus direitos naturais à vida, à liberdade de ir e vir, de se expressar livremente, de escolher um credo, etc. Esses direitos, uns oriundos da Revolução Francesa, outros, da Revolução Industrial, são chamados de princípios fundamentais de garantias individuais do ser humano.

A esses princípios somou-se, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que reforça esses princípios e valores éticos e acrescenta o direito do trabalhador a ter uma remuneração justa e satisfatória; a proteção da maternidade e da infância; o direito à instrução gratuita no nível elementar, de caráter obrigatório; o direito à instrução técnico-profissional e a educação voltada para o desenvolvimento da personalidade e para a inserção do homem no contexto cultural da Humanidade.

A legislação brasileira está adequada a esses princípios e tem acompanhado a evolução histórica do direito. A Constituição de 1988 consagra todos esses direitos, visando a criação de um Estado democrático, pluralista e fundado na harmonia social, que seja ainda comprometido com a ordem interna e internacional, na qual se resolverão as controvérsias por meios pacíficos.

Seus artigos 1º e 3º consagram como objetivos fundamentais do Estado a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

A Constituição incorpora ainda os direitos fundamentais de segunda geração: proteção da infância e da maternidade, inserção do jovem no mercado de trabalho, além de disposições específicas de proteção do jovem ao ingressar no mercado de trabalho.

²¹ Procuradora Regional do Trabalho da 9ª Região, Ministério Público do Trabalho.

Com relação à criança e ao jovem, o artigo 227 da Constituição estabelece a obrigação do Estado, da família e da sociedade de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de pô-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição consagra, portanto, a opção pela educação e a profissionalização. Todavia, a recente Emenda Constitucional nº 20, que elevou para 16 anos a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, gerou muita controvérsia, inclusive a alegação de que se violou uma cláusula pétrea: o direito ao trabalho.

Esta é uma interpretação equivocada: o direito à educação e à profissionalização precede o direito ao trabalho. O importante é que o jovem, ao ingressar no mercado de trabalho, a partir dos 16 anos de idade, tenha os mesmos direitos que qualquer trabalhador.

Quanto à idade mínima, a constituição brasileira previa o ingresso no trabalho a partir dos 14 anos e de 12 anos para aprendiz. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional Nº 20, o Brasil encontra-se agora em condições de referendar a Convenção 138 da OIT.

Além disso, a Convenção da ONU, ratificada pelo Brasil, considera como criança o ser humano de 0 a 18 anos, daí o direito à proteção integral. E, ao ingressar no mercado de trabalho, aos 16 anos, a criança goza dos mesmos direitos que os trabalhadores comuns e mais outros específicos que visam sua formação e desenvolvimento: meio ambiente saudável e seguro, proibição de trabalho noturno e de trabalho que ponha em risco sua moral.

A CLT permite a inserção de menor no mercado de trabalho como aprendiz a partir dos 14 anos. É um contrato vantajoso para a criança que aprende uma profissão assistida por professores do SENAC e do SENAI. No entanto, o sistema “S” está defasado com relação às necessidades do mercado. Ministra formação para carreiras técnicas da primeira metade do século. É preciso estender essa aprendizagem às áreas rurais, aos serviços, ao turismo, ao lazer etc.

Quanto à questão do trabalho educativo, o Ministério Público do Trabalho vem estimulando as instituições sociais para que se ajustem às exigências legais, com a fiel observância do artigo 227 da Constituição, que assegura ao menor o direito à carteira assinada e aos benefícios previdenciários. A função do Ministério Público do Trabalho é defender o trabalhador, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. Não basta, porém, instaurar processos. O mais importante é sair dos gabinetes e dialogar com as instituições e empresas, induzindo-as ao cumprimento da lei.

No Paraná, há mais de 200 processos na área de cotas de colocação, só na indústria, na qual a presença de jovens representa 5 a 15% da mão-de-obra. Em parceria com a Secretaria do Trabalho, o Ministério editou recentemente uma cartilha dos direitos do trabalhador adolescente. Edita também uma revista semestral, voltada para questões de trabalho da criança e do adolescente.

Urge um esforço conjunto para trazer para a escola o jovem entre 14 e 17 anos. A universalização do ensino médio é o primeiro passo a ser dado.

Centro de Integração Empresa Escola,

por RUI FERNANDO RAMOS LEAL²².

O CIEE é uma entidade não governamental, filantrópica, de utilidade pública, fundada há 35 anos. Atua em todo o País com 150 unidades operacionais, promovendo a parceria entre trabalho e educação.

Existem muitos contrastes entre o mundo atual e o mundo do passado recente: a notícia do assassinato do presidente Lincoln levou 13 dias para chegar à Europa; hoje, todas as bolsas do mundo souberam da queda da bolsa de Hong Kong exatamente 13 segundos após o fato. Isto é globalização.

No CIEE, essas mudanças atuaram como um divisor de águas. Até 1995, a instituição funcionava identificando oportunidades de emprego, convocando estudantes, entrevistando-os e encaminhando-os, sempre com a participação da escola. A partir de 1995 o processo foi mantido mas os estudantes entrevistados e selecionados não eram mais aceitos.

As empresas, por força da globalização, passaram a competir internacionalmente. O mercado já não era só brasileiro. Por isso, precisavam mudar a forma de operar, mudar seus produtos, reduzir preços, qualificar mais seus trabalhadores, etc. O estágio tornou-se importante instrumento de formação de técnicos para a renovação dos quadros das empresas e o jovem estagiário teve que ajustar-se a essas novas exigências.

As mudanças têm sido radicais. Ao antigo cenário - conhecimento do mercado, formação estratificada, estudos só na juventude, fronteiras comerciais delimitadas, Estado forte e provedor, reservas de mercado, competitividade só local, regional ou nacional, emprego vitalício, centralização, ênfase na lealdade e honestidade – sucedeu-se outro em que países e mercados se interdependem, o mercado é global, a educação e a formação não se resumem aos bancos escolares, as relações são multiformes, o estudo é continuado por toda a vida, não há fronteiras comerciais, o Estado é descentralizado e menor, o mercado é aberto, a competição é internacional, o trabalho já não é estável e as comunicações são instantâneas; predomina a alta tecnologia e mais importantes que a lealdade e a honestidade são o desempenho, a capacidade de fazer coisas novas na empresa, etc.

Nesse novo quadro, a educação tem de passar por mudanças também radicais. Surgem, inclusive no Brasil, universidades corporativas, associadas, universais; outras fontes de aprendizado, como a Internet, se consolidam.

Consequentemente, as melhores áreas de trabalho atualmente consideradas para os jovens são: telecomunicações, turismo, lazer, esporte, comunicação, comercialização, meio ambiente, saúde, biotecnologia, alimentação, energia, educação e direito, entre outras.

O mundo mudou e o Brasil não está preparado para essa mudança. Há muitas oportunidades de trabalho, mas falta pessoal habilitado para assumí-las. Exemplo disso é a informática: há 150 mil postos de trabalho disponíveis, mas faltam técnicos para ocupá-los.

Com relação ao jovem, o CIEE não se limita a encaminhá-lo para o mercado de trabalho:

²² Gerente Nacional de Desenvolvimento do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

antes de fazê-lo, procura passar aos jovens, mediante ensino e treinamento em seus laboratórios, conteúdos, habilidades e competências para ajustá-los às exigências das empresas. Esse programa já atendeu mais de 35 mil jovens. Hoje, 126 mil jovens estão estagiando em todo o País, em mais de 90 mil empresas, através de 12 mil convênios com escolas, secretarias de educação e universidades. Mesmo assim, 530 mil jovens aguardam oportunidades de estágios.

Instituto do Desenvolvimento do Trabalho,

por LÚCIA HELENA DE LIMA LEITE²³.

O Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT) é responsável pela execução do Programa SINE. Fundado em julho de 1998, o IDT tem como missão elaborar, executar e avaliar programas e projetos decorrentes das políticas de trabalho e renda, com o objetivo de promover a inclusão social.

Investe na preparação do jovem para o trabalho, através de orientação e treinamento para o primeiro emprego; estabelecimento de convênios de cooperação entre universidades para treinamento de estagiários; e a intermediação do jovem no mercado de trabalho.

O desemprego juvenil diminuiu entre 1991 e 1999, porque há mais jovens na escola. Com relação à questão de gênero, a população feminina aumentou na faixa etária dos 15 aos 19 anos. Porém, no mercado de trabalho os jovens do sexo masculino ainda detêm a maioria dos empregos com carteira assinada, enquanto as do sexo feminino registram uma menor taxa com relação à população ocupada e uma maior taxa de desemprego aberto. As mulheres trabalham mais na informalidade e, em geral, só a partir dos 20 anos começam a procurar emprego.

Pesquisas realizadas pelo IDT revelam maior preocupação das pessoas com a preparação. Já se exige o segundo grau para um posto de garçom. Com relação à faixa salarial, cresceu o número de pessoas que ganham dois ou mais salários. Esse aumento verifica-se na área de turismo, que vem crescendo muito e remunerando melhor.

Com relação ao treinamento para o primeiro emprego na empresa, até há pouco tempo, mediante convênio entre o IDT e a Delegacia Regional do Trabalho, as pessoas eram treinadas na própria empresa, uma vez que o treinamento no sistema "S" não atendia às exigências das empresas. Mais de 70% das pessoas treinadas pelas próprias empresas entravam no mercado de trabalho. Os jovens representavam 40% desse contingente. Este convênio encontra-se desativado.

Sobre convênios de cooperação com universidades, o IDT só os faz com universidades que trabalham com estagiários para empresas. O IDT localiza o estagiário e a universidade oferece o espaço e o professor. Faz-se depois a intermediação com a empresa.

O IDT faz a intermediação na inserção de pessoas de qualquer idade no mercado de trabalho, embora essa intermediação esteja mais enfocada no jovem. No momento, para atender à enorme demanda na área de hotelaria, o IDT está fazendo convênios com hotéis para treinar pessoas de até 25 anos de idade.

O projeto de orientação, iniciado este ano, visa orientar o jovem secundarista, que pretende entrar no mercado de trabalho, a escolher corretamente sua atividade profissional, fornecendo-lhe informações que viabilizem sua capacitação. Isto é feito em seminários e palestras, nas quais o estudante toma conhecimento das necessidades do mercado. O IDT identificou essa demanda por meio de experiências do Programa de Geração de Renda - PROGER e de um levantamento realizado em 448 municípios cearenses.

Possui ainda o programa Centro do Trabalhador Autônomo, que agencia a prestação de serviços domiciliares. Ao promover programas de empreendedorismo, o IDT não tem a pretensão

²³ Gerente do Sistema Nacional de Emprego no Ceará (SINE-CE).

de fazer de alguém um empresário, mas desenvolver suas potencialidades. O IDT prepara a pessoa para tornar-se um profissional capaz de atender às exigências do mercado. Se a pessoa tenciona tornar-se empresária, pode ser atendida pelo programa Pró-Renda Microempresa. O IDT oferece também curso de informática em centro de treinamento próprio.

Programas de Primeiro Emprego,

por EDUARDO ODLOAK²⁴.

O mundo começa a ver o jovem não como um problema, mas como ator principal de seu próprio desenvolvimento. Há um ano, 146 ministros de juventude reuniram-se em Lisboa para elaborar declaração específica sobre a juventude. A grande questão que se punha nos bastidores era o desafio de como trazer o jovem para discutir seus próprios problemas, de emprego, violência, drogas, sexualidade, gravidez precoce, etc. Muitas políticas públicas adotadas nessa área deixaram de ser eficazes porque não envolviam o jovem em sua formulação.

No Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, há a chamada “onda jovem”, um enorme contingente de jovens, entre 16 e 17 anos, que quer ingressar num mercado de trabalho em declínio. O desafio está não só em tornar o jovem empregável, como trabalhar sua empregabilidade.

O Conselho Estadual de Juventude lançou alguns programas, como o Programa Escola Viva, que, por meio dos grêmios escolares, leva os jovens a discutir problemas como a cidadania, sexualidade e drogas, que se desdobram em projetos de formação de empresas juniores nas escolas técnicas de segundo grau.

As dificuldades são muitas, principalmente porque programas dessa natureza não podem limitar-se à área da educação; falta ainda uma política de integração e de articulação no campo específico de promoção da juventude.

O problema da integração é a principal preocupação do Conselho, que passou a lutar pela criação de uma secretaria ou instituto da juventude com a missão de coordenar e articular todas as ações de promoção do jovem. Para tanto, acaba de ser criada a Secretaria de Estado para a Juventude.

A criação de órgãos dessa natureza tem ocorrido em muitos países do mundo, principalmente na Europa e na América Latina, em decorrência de políticas nacionais de promoção do jovem. No Brasil, o Ano Nacional da Juventude despertou a sociedade para as questões sociais que envolvem o jovem.

O desafio principal continua sendo o envolvimento do próprio jovem na busca de soluções para seus problemas. A existência de organismos capazes de formular políticas transversais dentro do próprio governo poderá facilitar esta tarefa, propiciando a obtenção de resultados mais satisfatórios.

²⁴ Secretário Executivo do Conselho Estadual de Juventude de São Paulo.

Experiências de Geração de Renda para os Jovens,

por MÁRCIO RESENDE²⁵.

Jovens e adolescentes têm sofrido, com maior intensidade, os impactos negativos da exclusão social. A violência e o uso de drogas parecem questões irreversíveis nas periferias. Estes fenômenos, inicialmente restritos às grandes metrópoles, já se estendem a cidades brasileiras de médio porte, criando um estado de guerra civil não declarado e aumentando o *stress* coletivo. Por outro lado, a classe média vê seus empregos ou negócios seriamente ameaçados.

Em decorrência dessa situação, aumentam a evasão escolar e a permanência do jovem na família e novas formas de relacionamento conjugal estão sendo criadas. No plano social, o individualismo e o consumismo fragilizam o coletivo e enfraquecem o sentido de sociedade e cidadania.

Mas a crise atual também oferece crescentes oportunidades aos mais preparados e sintonizados. O MUDES insere-se nesse contexto, contribuindo para a promoção do jovem, com eventos nacionais e internacionais nas áreas de saúde, educação, capacitação, emprego e renda. O objetivo é capacitar o jovem para o primeiro emprego e para formas criativas de geração de renda. Para o MUDES, a democratização do conhecimento é uma forma válida para uma melhor distribuição de renda e para a redução das desigualdades sociais.

O Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – Fundação MUDES é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro. É uma instituição pioneira no estabelecimento de parcerias com universidades para a execução de projetos comuns, nos quais o estágio é a forma principal de relacionamento com os estudantes que são, ao mesmo tempo, beneficiários e agentes dos programas.

O MUDES funciona como agente de integração entre a empresa, a escola e a comunidade; possui um cadastro de mais de 240 mil estudantes do ensino médio e superior, dos quais 121 mil chegaram ao primeiro emprego por meio de estágio remunerado. Já celebrou 124 mil convênios com universidades; mais 5 mil com prefeituras e mantém uma rede com 830 municípios conveniados.

Mantém intercâmbios com instituições de juventude na Europa e na América Latina, além de convênios com algumas delas, entre as quais a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).

Em 1995 promoveu o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, do qual resultou uma proposta de formulação de uma política nacional de juventude.

Uma das matérias discutidas foi a faixa etária da juventude: enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente define em até 18 anos a faixa etária desse segmento, há organismos internacionais que a estendem até os 29 anos. O MUDES trabalha com jovens de até 24 anos que, no Brasil, representam 20% da população.

Das 125 sugestões colhidas no Encontro, três são significativamente importantes:

²⁵ Diretor da Fundação MUDES.

- considerar a juventude rural e urbana como variável estratégica para o desenvolvimento sustentado;
- considerar os anseios dos jovens na formulação de uma política de juventude; e
- descentralizar e operar as ações para a juventude por meio de organismos governamentais e não governamentais.

Por solicitação da Casa Civil da Presidência da República, o MUDES apresentou proposta de criação de um conselho interministerial diretamente vinculado à Presidência da República, mas o assunto não avançou.

Fala-se na filiação do Brasil à Organização Ibero-americana de Juventude. O Ministério da Educação já tem uma assessoria de juventude que tem dado sua contribuição.

Dando prosseguimento aos encontros nacionais, o MUDES realizou o segundo encontro nacional em 1996, no Rio de Janeiro, que tratou de emprego e capacitação; no ano seguinte, realizou o Encontro Internacional sobre Juventude e Emprego na América Latina, promoção conjunta do MUDES e do OIJ, com apoio da OIT e dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação. Do Encontro resultou uma Declaração de Intenções, com vistas ao desenvolvimento da cooperação entre os países ibero-americanos.

Cumprindo essa Declaração, o MUDES promoveu uma série de atividades, entre elas o quarto encontro nacional, em Belo Horizonte, com o objetivo de colher e sistematizar informações sobre ocupações no setor do lazer.

Está sendo elaborada uma metodologia de pesquisa, para aplicação no setor de turismo, que apresenta grande desenvolvimento em todo o mundo. Há muito espaço para as ocupações menos ortodoxas, que se multiplicam e se desdobram.

Graças à rede de informações entre o MUDES e os municípios, a Fundação se mantém em permanente contato com centenas de prefeituras, às quais presta serviços de assessoria, consultoria, envia cartilhas, distribui publicações destinadas a escolas (murais, folhetos instrutivos sobre prevenção de doenças sexuais, alcoolismo, etc.).

Como Secretária Executiva do Comitê de Enlace, a Fundação mantém, com órgãos do Governo, ONGs e especialistas em juventude da comunidade ibero-americana, um sistema de intercâmbio de informações sobre educação, capacitação, emprego e renda para a juventude. Dispõe ainda de um banco de dados, além de editar e distribuir uma publicação bilingüe – português/espanhol – entre diversas instituições, em 22 países latino-americanos.

Dentre as muitas experiências internacionais, vale destacar o projeto “Modelo de Gestão para Capacitação e Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho”, de Medellín, na Colômbia, cujo objetivo é elevar o nível de vida da população juvenil de baixos recursos econômicos, mediante estratégia de mudança de cultura e de oferta de programas e serviços. Após três anos de funcionamento, o projeto desdobrou-se na criação de uma rede de cooperação interinstitucional que se subdividiu em sub-redes sobre temas específicos, envolvendo instituições públicas e privadas. Atuando em três áreas – organização juvenil, educação e capacitação – até fevereiro de 1999, 7 mil jovens tinham sido capacitados, dos quais 50% entraram no mercado de trabalho.

As experiências brasileiras são muitas. Uma delas foi a criação de uma microunidade de produção de equipamentos sanitários, em Lucrécia, como forma de gerar oportunidades econômicas para a comunidade e, ao mesmo tempo, melhorar as condições sanitárias da população

mais pobre. A produção contou com a participação de jovens e o produto final era comercializado com famílias de baixa renda em troca de mão-de-obra ou de fornecimento de materiais básicos.

Outra é a Expo Jovem, a primeira feira do gênero já realizada, visitada por 30 mil jovens, com estandes de dezenas de escolas e universidades. Empresas e órgãos públicos cadastraram estudantes para seus bancos de dados de estágio e emprego.

Serviço Civil Voluntário,

por IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS²⁶.

O Brasil foi um dos primeiros países a criar um Programa Nacional de Direitos Humanos, atendendo a recomendações da última Conferência Mundial sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Programa compreende a proteção da testemunha, combate à discriminação, questões de gênero, da criança e do adolescente e combate à impunidade. Importante projeto nesta área é o *Serviço Civil Voluntário*, que consiste na ocupação de jovens que, em troca de prestação de serviços comunitários, recebem uma complementação de sua educação básica, através de cursos de especialização profissional e formação em direitos humanos.

A questão mais importante é assegurar a esses jovens a continuidade desse programa de treinamento e sua conseqüente inserção no mercado de trabalho. Com recursos do FAT, duas experiências-piloto foram realizadas, uma no Estado do Rio, envolvendo 3 mil jovens, e outra no Distrito Federal, que contou com a participação de 1,5 mil jovens. O Projeto recrutava jovens dispensados do serviço militar, além de mulheres e portadores de deficiência.

Os projetos contaram com o apoio de vários ministérios e houve propaganda maciça. Os jovens recrutados recebiam uma bolsa e envolviam-se com programas comunitários nas áreas do meio ambiente, combate a incêndios, saúde pública, etc. No Rio, o trabalho desenvolveu-se com cerca de 300 entidades, cada qual responsável por um grupo de jovens. Na parte de formação básica, a preferência foi pela informática. A operação foi estendida este ano a 10 estados, abrangendo 10 mil jovens.

A Secretaria concebe o serviço civil como um rito de passagem para a maioridade. A idéia é introduzir o jovem, no espaço de nove meses, nas questões de direitos humanos (com ênfase na discriminação), na questão da cidadania (informando sobre como funciona o judiciário e o Estado) e promover discussões sobre as drogas, o lazer, o esporte, etc.

O que preocupa é o aumento da demanda e a necessidade de capacitar mais professores no campo da educação em direitos humanos, no qual se insere o direito ao trabalho.

A Secretaria trata as questões de direitos humanos de maneira simples, acessível a todas as pessoas. As respostas têm sido muito positivas. A Secretaria acredita na construção de uma sociedade alicerçada no respeito mútuo.

²⁶ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Comunitário,

por MARIA ALBANITA ROBERTA DE LIMA²⁷.

A Secretaria de Assistência Social - SEAS sucedeu as extintas LBA e CBIA e herdou seus financiamentos e programas. A Secretaria encontra-se atualmente em situação vantajosa, por tratar de matéria regulada pela Lei Orgânica da Assistência Social. Embora tenha trabalhado também com jovens, a LBA não deixou programas específicos para a juventude.

A SEAS opera programas de combate ao trabalho infantil, atingindo crianças de 7 a 14 anos. Porém, completados os 14 anos, a criança era automaticamente desligada do programa e voltava a trabalhar. Isso levou a Secretaria a lançar os programas para estender a cobertura até os 18 anos.

Com vistas a possibilitar a extensão da assistência ao jovem até os 18 anos, a SEAS, através de sua recém-criada Gerência da Juventude, partiu para a elaboração de dois programas, o “Centro de Juventude” e o “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”.

Os programas estão sendo implantados com limitações financeiras. Por esse motivo, o atendimento da demanda é ainda tímido. O Programa “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano” é uma experiência já testada no Rio de Janeiro. Seu público-alvo são os jovens que não estudam nem trabalham, e seu objetivo é iniciá-los no mundo do trabalho. Outro objetivo é dar condições ao jovem de tornarem-se protagonistas de seu ingresso, por meio do trabalho, na comunidade.

Em geral, a SEAS trabalha com jovens que reincidentem no trabalho infantil, que deixam a escola ou que são egressos de programas de manutenção. Eles passam por um processo de formação por um período de seis meses. Nos dois primeiros meses, os jovens recebem educação básica, onde grande ênfase é dada ao desenvolvimento da auto-estima; em seguida, o jovem passa a participar de núcleos de atividades específicas, como saúde, esporte, meio ambiente e cidadania. Só depois disso começa a atuar na comunidade.

Na área da saúde trabalhamos com jovens e suas famílias, com vistas a informá-los sobre a prevenção de doenças, a identificação de carências e de deficiências, encaminhando os casos problemáticos aos centros específicos de atendimento. No esporte, apoiamos o Programa de Iniciação Esportiva, buscando descobrir talentos nessa área. Com relação ao meio ambiente, o jovem é informado sobre as questões da preservação, tratamento de lixo, recursos hídricos, reflorestamento etc. Na área do turismo, a SEAS começa a dar os primeiros passos.

O programa “Agente Jovem” é consonante com o programa “Centro de Juventude”, pois não é possível conceber o primeiro sem a criação de um espaço físico para o desenvolvimento das atividades de formação, ponto de referência para o jovem. O “Centro de Juventude” ainda não foi instalado e o programa “Agente Jovem” funciona em pequenos centros de juventude.

No âmbito federal, a SEAS tem como parceiros os Ministérios da Previdência, Saúde, Justiça, Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Turismo. No âmbito estadual e municipal, os parceiros são os estados e municípios onde o Programa é desenvolvido. Há parcerias também com entidades não governamentais. A White Martins está financiando a formação de 1500 jovens.

²⁷ Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS).

O Programa concede uma bolsa de R\$ 65,00 ao jovem a partir de sua seleção. O orientador social recebe também uma bolsa de R\$ 150,00. Na previsão orçamentária contemplam-se recursos para que o gestor municipal possa fazer as contratações necessárias para o desenvolvimento do Programa.

O Programa está presente em todas as capitais dos estados e começa a ser implantado em 225 novos municípios. A maior preocupação é fazer com que esses recursos cheguem ao jovem e garantam uma transformação em sua vida. A busca de parcerias com municípios e estados mais experientes na área da promoção social foi a solução encontrada pelo Governo Federal, que está dando os primeiros passos nesse terreno.

Ações da CONTAG na Área de Emprego e Formação de Jovens,

por PAULO DE OLIVEIRA POLEZZI²⁸.

A partir do IV Congresso da CONTAG, em 1995, foram traçadas as primeiras linhas de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o qual se pretende implantar um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico, com base na reforma agrária e na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, buscando-se a interiorização do desenvolvimento e a promoção da cidadania.

Com relação aos jovens, é preciso inverter a imagem de que o meio rural não é o espaço adequado para eles. Os recursos públicos para a formação profissional vão sempre em outra direção. É impositiva uma aliança entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos para discutir essa questão.

A partir de 1996, a CONTAG percebeu a necessidade de implementar, em parceria com as federações que a formam, um programa de capacitação para seu público. Verificou-se uma grande transformação com o advento desse programa, que já opera há três anos.

Em 1997, o programa já alcançava quase cem municípios, com cerca de 11 mil técnicos em liderança, envolvidos na discussão sobre o que era desenvolvimento sustentável, com base nos conceitos do Banco Mundial, da qual resultaram vários questionamentos.

A identificação de parceiros para a construção de uma rede de apoio e de fomento foi muito importante. O público devia incluir 25% de jovens e 25% de mulheres, contrariando uma tendência do movimento sindical de dar pouca atenção ao jovem em seus projetos de desenvolvimento.

Na avaliação do Programa, em 1998, verificou-se a necessidade de que todos os formadores envolvidos não fossem apenas agentes de informação, mas verdadeiros animadores desse processo de desenvolvimento, aprendendo a conhecer e viver as realidades locais e suas relações. Com base nessa constatação, desenvolveram-se novas metodologias que despertaram muito interesse internacionalmente.

A metodologia consistiu na seleção de 250 municípios, nos quais se concentraram as atividades, em sistema de construção coletiva e participativa. Por se tratar de participação, a CONTAG buscou a parceria de todos os principais segmentos da sociedade, tanto públicos como privados.

O Programa está hoje em sua terceira etapa, com a redução de 250 para 200 municípios, que conseguiram executar a tarefa e aprofundar a discussão. O melhor testemunho dos resultados já colhidos seria ouvir as prefeituras e câmaras de vereadores desses municípios.

Os esforços empreendidos tornaram-se referência de capacitação de técnicos rurais, a começar pelas escolas rurais, que converteram seus currículos em algo mais concreto e mais voltado para a realidade e fizeram com que todas as matérias básicas partissem de conteúdos práticos presentes na vida da população. Hoje, na seqüência desse Programa, a CONTAG quer

²⁸ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG/PNUD/IICA).

pôr fim à mentalidade de que desenvolvimento é algo que só ocorre nas cidades.

Na indústria não há lugar para todos. O setor de serviços está crescendo e deve também crescer no meio rural. Trabalhos como esse devem começar pelos municípios, onde a ação participativa é mais viável em face dos problemas comuns.

A CONTAG desenvolve ainda programas de formação e capacitação permanentes de seus dirigentes, principalmente na área da gestão. Criou um fórum de cooperação técnica sobre o tema “Aproximações Conceituais entre Desenvolvimento e Sustentabilidade”, que levantou questionamentos sobre o capital social, o capital humano, o capital financeiro etc.

No segundo fórum, realizado em São Paulo, foi discutida a questão da “Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável”. O tema do terceiro já está definido: “Educação e Gestão para o Desenvolvimento Local Sustentável”.

Esses fóruns contam com a parceria do IICA, da FAO e do PNUD. Na realização do terceiro fórum, a CONTAG, apoiada pelo Banco Mundial, quer aprofundar a questão de como utilizar a educação para construir uma sociedade de fato, mais organizada e mais justa, nas cidades e no campo.

Projeto Núcleos Radcais,

por VERÔNICA MAIA²⁹.

A Fundação Athos Bulcão tem como missão a difusão da cultura como elemento de emancipação humana, condição fundamental para a criação e transmissão de valores.

A partir de 1996, a Fundação passou a trabalhar com o tema da juventude, com a criação do Jornal Radcal, distribuído gratuitamente entre estudantes do ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. O jornal pretende ser um veículo de comunicação inteligente e interativo com a juventude.

Pouco depois do lançamento do Jornal, atendendo a demandas dos jovens leitores, que pediam atividades de lazer, atividades culturais, um fórum de discussão de matérias que não tinham espaço na escola ou na família, foi elaborado o Projeto “Núcleos Radcais”, que oferece a estudantes de Taguatinga e Planaltina a oportunidade de formar grupos para realizar um projeto comum, concebido e elaborado por eles mesmos.

Isso caracteriza e fundamenta o Núcleo Radcal: desenvolver as potencialidades individuais e coletivas e a identidade social dos jovens, como princípios geradores da cidadania.

O programa desenvolve o associativismo e o empreendedorismo juvenis. O jovem conduz a ação. Não se trata, porém, de ações de efeito apenas individual, mas sim comunitário, pois o jovem tem muita disposição para trabalhar em investimentos de natureza social.

Embora o Programa não pretenda encaminhar o jovem ao mercado de trabalho, o próprio perfil das atividades desenvolvidas pode conduzir à identificação de vocações profissionais.

O Programa desenvolve-se por módulos. O primeiro consiste num seminário, no qual se define a natureza da capacitação. No segundo módulo, de elaboração de projetos, o jovem desenvolve sua capacidade de falar, ler e escrever, calcular e resolver problemas, compreender e operar seu entorno social, bem como sua capacidade de descrever, criticar, interpretar, analisar fatos e situações, etc. No terceiro módulo, os estudantes vão a campo para contatar as pessoas da área profissional ligadas ao projeto elaborado.

No desenvolvimento desse Programa, a Fundação conta com a importante parceria da UNICEF. Na primeira fase, o Programa envolveu 120 jovens. Na segunda fase, quando é preciso escrever, conversar e se encontrar, esse número caiu para 90 jovens. Hoje existem 60 jovens, diretamente ligados aos núcleos radicais, em dez projetos diferentes.

Os projetos são de naturezas diversas: montagem de peças de teatro, não em seu sentido clássico de diversão, mas como veículo de informação; montagem de um vídeo sobre skatismo; montagem da biblioteca comunitária da “M Norte”; projeto sobre meio ambiente e cidadania, com enfoque especial no lixo e na população que vive do lixo; clube de rappel e ecoturismo; associação de skate, que pretende construir uma pista de skate numa área de Planaltina; edição de um jornal comunitário; oferecimento de atividades de lazer para pessoas da terceira idade, e o Projeto Atitude na Escola, de prevenção e sensibilização sobre as doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e sexualidade.

²⁹ Coordenadora de Projetos e Pesquisas da Fundação Athos Bulcão.

Esses projetos são feitos por jovens de famílias carentes, em total desvantagem com relação a outros jovens, mas que descobriram nessas atividades e no próprio desenvolvimento de suas habilidades, perspectivas de um futuro melhor.

Conclusões

As palestras principais sumariadas acima, mais os debates (não reproduzidos aqui por razões de espaço), permitem algumas conclusões baseadas nas sínteses conduzidas por Armand Pereira, João Carlos Alexim, Ana Bianchi dos Reis e André Urani nas sessões de conclusão e de encerramento.

A abordagem dos problemas, opções e desafios se faz em níveis diferentes. Na palestra magna de Guy Standing, a ênfase foi para as grandes questões de política estratégica, de necessidade de mudança de paradigma para enfrentar as grandes transformações, de forma a permitir crescimento com redistribuição, essenciais para garantir a estabilidade social a longo prazo. Já as sessões centrais do Fórum focalizaram muito mais os problemas atuais e as opções de curto e médio prazo, as possibilidades de melhoria das iniciativas existentes, etc.

As estatísticas são impactantes e reiteram que é enorme o desemprego juvenil. O jovem é proporcionalmente muito mais vulnerável que o adulto, mas isso nem sempre ocorre e tampouco é necessariamente ruim. O problema está na escala e na tendência, i.e., se as taxas de desemprego juvenil crescem muito mais que a tendência histórica e muito mais que as das faixas etárias acima de 24 anos.

Pela definição de desemprego aberto, só está “desempregado” quem buscou emprego num período de “x” dias anteriores. E, de maneira geral, os jovens nas faixas de 15 a 21 anos, que buscam emprego, o fazem ou porque estão fora da escola ou da universidade, e/ou porque não têm outra alternativa de renda da família ou de programas sociais de subsídio de renda. Isto implica evidentemente que quanto maior a frequência escolar dos jovens, menor não só o desemprego juvenil como também o desemprego geral. Isso ocorre - especialmente em períodos de crescimento econômico relativamente baixo - uma das justificativas econômicas para o alvo de investimentos maiores em educação, como preconizou sua Excelência o Vice Presidente, Sr. Marco Maciel, na sua palestra de abertura.

O desemprego juvenil tem, portanto, de ser contextualizado dentro do desemprego conjuntural e do desemprego estrutural, sendo o último vinculado à política nacional de emprego, à política nacional de educação e à direção da política econômica.

A palavra “emprego” emergiu nas discussões com certa confusão conceitual. Para todos os efeitos, emprego, como conceito econômico, significa trabalho remunerado, que é geralmente, mas não exclusivamente, assalariado e sob diversos regimes de tempo de trabalho e de contratação. Diversas formas de auto-emprego não deixam de ser emprego (“ocupação”) para fins de estatísticas. A questão fundamental não é se o que cada um faz se rotula de “trabalho” ou de “emprego” mas sim o que esta atividade gera em termos de renda e de qualidade de vida. O mundo atual, comparado ao século passado, ou mesmo apenas a algumas décadas atrás, dispõe de muito mais oportunidades de emprego e auto-emprego que abrem novas portas para os jovens.

Quanto maior o desemprego estrutural, quanto mais difícil for a realização da meta de pleno emprego, maior será a necessidade de programas de renda mínima – condicionada ou não ao trabalho – para manter a estabilidade social, gerar poder de compra, etc. Por outro lado, o fenômeno de altas taxas de desemprego passa a requerer também programas de gerenciamento do lazer, que é uma outra face parcial do desemprego. Isso, por sua vez, gera novas oportunidades de emprego de especial atração para os jovens.

Especialmente (mas não exclusivamente) nas economias mais avançadas, de níveis gerais de qualificação maiores, as mudanças tecnológicas vêm cada vez mais permitindo opções de trabalho mais prazerosas, enquanto que programas sociais tratam de aliviar os problemas de desemprego gerados por essas mudanças. Nos países em desenvolvimento, de maneira geral, essa tendência é mais limitada por razões de renda e de qualificação mais baixas, insuficiência e/ou deficiência relativa de programas de assistência social, etc. De médio a longo prazo, essas tendências tendem para uma convergência. Isso implica a continuidade de transformações importantes nas políticas de educação, de formação, de emprego e, inevitavelmente, nas políticas de gestão do lazer e da distribuição de renda.

Toda essa questão de emprego e desemprego juvenil deve ser vista também de forma integrada com o problema da erradicação do trabalho infantil e, especialmente, com as implicações da aplicação da Convenção 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil. No caso brasileiro, por definição nacional prevista nessa Convenção, as piores formas incluem algumas atividades salubres, perigosas e/ou socialmente indesejáveis que se proíbem para jovens de até 18 anos, embora a idade mínima, geral, estabelecida pela Constituição e pela ratificação da Convenção 138 da OIT seja de 16 anos (com certas exceções previstas por essa Convenção de acordo com opções nacionais).

Os jovens apresentam diversos tipos de problemas específicos, além dos problemas gerais da população como um todo, i.e. de má redistribuição de renda, de discriminação, de inserção social, etc. Porém a maioria dos jovens -alvo dos programas discutidos no Fórum são os das camadas sociais de baixa renda, com maiores problemas sociais.

O viés de gênero nos problemas dos jovens foi também bastante enfatizado. As jovens apresentam tendências melhores que os jovens (homens) nas taxas de escolaridade e estão ingressando mais no mercado de trabalho, mas aparentemente ainda com desvantagens de renda que merecem maior estudo para fins de formulação de políticas sociais.

Apesar de estarmos revivendo uma era de grandes transformações e de crises, tudo isso gera novas oportunidades. Ressalta-se a necessidade de olhar os jovens menos como problema e mais como oportunidade, como solução; de ver os jovens e seus problemas de forma positiva.

Destacou-se a necessidade de um enfoque integral sobre a educação e a formação profissional. Não se trata apenas de educar para o trabalho, e sim educar para a vida. Neste contexto, vê-se uma necessidade não apenas de educar diretamente, mas de criar ambientes educativos, seja em projetos comunitários ou nas empresas.

No fundo, espera-se que a formação compense, pelo menos em parte, a falta de educação e de experiência anterior. Daí provêm os programas de estágios que facilitam o ingresso inicial na empresa, para superar essa dificuldade. Nesse sentido, a certificação de competências pode ser um instrumento que, ao estabelecer padrões de qualificação, pode ajudar a superar também deficiências de experiência anterior.

Entre as opções apresentadas, foi enfatizada a necessidade de criar oportunidades de empregos e auto-emprego em diversos setores. Uma questão central reflete-se na anedota do filho que chega para o pai e diz “pai, eu tenho um emprego – o seu!”. Isso confirma a necessidade de buscar alternativas de empregos para jovens que evitem concorrer com os empregos dos pais e de outros adultos.

Dessa perspectiva, as oportunidades na agricultura e na indústria, além de serem relativamente penosas, são cada vez mais limitadas e mais concorrentes com empregos de adultos. Por isso, a ênfase de empregos para jovens recai sobre setores em expansão, especialmente em serviços de turismo e hospitalidade, esporte, lazer, informação e comunicação, comércio virtual.

Ênfase foi dada também a setores relacionados com carências sociais onde há investimentos limitados por falta de incentivos, tais como: saúde, hospitalidade, meio ambiente e cultura.

O setor serviços se expande porque se ampliaram as formas de acesso a diversos serviços, se reduziram as barreiras de acesso a certos serviços, e também porque serviços são em parte direcionados a melhorias na qualidade de vida. Essas características são particularmente coerentes com o idealismo dos jovens.

Merece porém reflexão o fato de que essas oportunidades voltadas para atender carências sociais são propostas por defensores do “estado de bem-estar social”, bem como por defensores da chamada “terceira via” sob orientações de economia política bem diferente, como salientou G. Standing na palestra magna do evento. É certo que não houve discussão suficiente ou adequada da viabilidade e das implicações dessas oportunidades.

Seriam tais oportunidades suficientemente bem remuneradas para ajudar jovens carentes a sair da pobreza ou seriam ofertas paternalistas que permitiriam a exploração de mão de obra carente e barata e que contribuiriam para um hiato ainda maior entre o retorno do capital e do trabalho?

Essa pergunta sem resposta está ainda vinculada a uma outra questão essencial, que é a valorização econômica da chamada vertente ou atividade “social”. Muito do que se vem propondo sob esse rótulo, é ainda valorizado de forma marginal, não prioritário. Essa visão terá de mudar para se poder explorar melhor as oportunidades de emprego em atividades voltadas para atender às carências sociais.

Enquanto isso, nos confrontamos com o problema de quantidade versus qualidade de emprego que se pode criar com programas especiais de baixa concorrência no mercado de trabalho.

Se, a curto prazo, o problema maior é a quantidade insuficiente de empregos, é natural que os programas especiais de empregos para jovens tendam, de alguma forma, a ser de relativa baixa qualidade, já que a qualidade está geralmente associada ao nível de investimento geral nesses programas. Se esses programas forem de baixa concorrência, a baixa qualidade desses empregos pouco contribuirão para precarizar o mercado de trabalho.

Mesmo assim, empregos de baixa qualidade, em conjunturas econômicas desfavoráveis, deveriam ser oferecidos como medidas emergenciais transitórias e não como tendências duradouras. Necessidades emergenciais não deveriam liberar a sociedade e o Estado de um comprometimento com trabalho de qualidade, com trabalho decente, que implica liberdade de escolha, dignidade, remuneração adequada, não discriminação, e direitos fundamentais de associação e de negociação.

Ênfase especial foi atribuída às possibilidades de transformar o jovem em um microempresário, de desenvolver nele a capacidade de ser gestor de uma empresa própria ou em associação com outros jovens. Mas também se vê a alternativa de não precisar criar uma empresa. Pode criar auto-emprego numa atividade individual própria, sem precisar de uma empresa

propriamente dita. Por outro lado, o empreendedorismo pode não gerar nem o auto-emprego, nem a microempresa, mas ser uma forma de aquisição de competência como instrumento para empreendimentos posteriores.

As opções de empreendedorismo, embora muito enfatizadas, não foram suficientemente analisadas em termos de vantagens e desvantagens e limitações, comparadas com opções de emprego, que implicam menor responsabilidade dos jovens e maior responsabilidade do Estado e da sociedade.

Sobre oportunidades de microempreendimentos, uma necessidade chave é a melhoria de acesso ao microcrédito. Mas o Brasil tem avançado muito pouco nessa matéria, incluso para os adultos. Estudos recentes da OIT mostram que a demanda de microcrédito excede umas 100 vezes a oferta atual, apesar de alguns avanços em matéria de expansão de vários programas, como o Crediamigo do BNB, as ONGs apoiadas pelo BNDES, e a rede CEAPE. As agências bancárias principais não entram no microcrédito porque não têm vocação direta para tratar de crédito para pobres, porque dá muito trabalho, e porque acham que os riscos e custos são altos. As instituições que tentam avançar nesta área optam por usar intermediários, especialmente organizações não governamentais, associações comunitárias. Algumas inovações otimistas já emergem neste âmbito, com novos protagonistas, como a iniciativa do SINCREC, onde um conjunto de sindicatos se uniu para oferecer o microcrédito para uma clientela além das categorias que representam. Mas o SINCREC fechou depois do Fórum.

A ausência de políticas nacionais foi amplamente citada, embora algumas secretarias de governos estaduais e municipais e a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e o Ministério do Trabalho e Emprego já tenham programas que atendem em parte às necessidades de formação e de empregabilidade dos jovens.

Parcerias institucionais são essenciais. Nenhuma instituição sozinha tem escopo e/ou capacidade de dar atendimento aos problemas de educação, formação e emprego dos jovens. Algumas experiências, como a da Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo demonstram bom aproveitamento de vantagens inter-institucionais. Mas a maioria das iniciativas ainda carece de integração com instituições centrais que formulam políticas que, direta ou indiretamente, podem ter grande impacto nos jovens. Há porém um grande avanço no Brasil na questão de parcerias, com grande oportunidade de melhoria e pouco esforço adicional.

As discussões sugerem que, em vez de enfatizar a criação de novos programas e projetos, seria melhor qualificar e avaliar os que já existem, com base parcial no cadastramento que já foi feito pelo PLANFOR e a Fundação Odebrecht, e levando em consideração os problemas que já foram identificados. Há problemas de toda natureza: de gestão, de orientação, de proposta pedagógica, de tecnologia para desenvolver habilidades específicas, de identificação da demanda de mercado, etc. Isso permitiria uma operacionalização mais rica e mais efetiva.

Melhores ações descentralizadas são, todavia, essenciais. Nesse contexto, os jovens devem ser protagonistas no desenvolvimento, monitoramento e avaliação dos programas e não apenas receptor de medidas paternalistas de fácil manipulação, com pouco ou nenhum espaço para questionamento e inovação.

Embora o público alvo do Fórum não fosse os jovens, mas sim as instituições hoje responsáveis e preocupadas com eles, houveram algumas participações seletivas de jovens, que contribuíram para uma visão mais real dos problemas e das opções.

Uma dessas contribuições revelou que o “diálogo da rua” faz perceber a necessidade de um tratamento integral dos problemas. Alguns jovens e participantes de ONGs manifestaram a visão do jovem de comportamento de risco que “não tem nada a perder”.

Nos meninos da rua, a comunicação básica é a agressão. Como evitar essa situação é algo que requer análise, especialmente pelas implicações que isso tem para o desenho de programas e intervenções comunitárias inter-institucionais. Algumas lições importantes surgem de programas essencialmente comunitários, tais como o Projeto Axé da Bahia e o Projeto Aprendiz em São Paulo, na medida em que tratam frontalmente do problema da agressão de forma inovadora. Usam educação e formação primeiramente para transformar agressão em comunicação construtiva para convívio de grupo, para a vida comunitária e, posteriormente, para desenvolver habilidades básicas, técnicas e de gestão, essenciais para o trabalho.

Os depoimentos dos jovens e alguns dos seus principais interlocutores levantam uma outra questão fundamental para quem promove um programa para os jovens: Nós gostaríamos que os nossos próprios filhos participassem de um programa desses? Nossos filhos estão estudando, e queremos que continuem estudando. Se não estivessem, estariam contribuindo para taxas de desemprego juvenil ainda mais altas. Então, por que é que os nossos filhos têm direito a um espaço maior de educação? E por que é que os meninos mais pobres não têm?

Estas e outras questões enfatizam a necessidade de justiça redistributiva num país marcado pela desigualdade de renda e de oportunidades. Contudo, reconhece-se que a busca desse objetivo passa por um contínuo fortalecimento do exercício da democracia que vem ocorrendo através de diversas iniciativas.

